



Índice

- 01** Mantida decisão que obrigou a Anatel e a Embratel a instalarem telefone de uso público em comunidades ribeirinhas do Pantanal
- 02** CE – Exposição “Os Povo Indígenas” na comunidade Jenipapo-Kanindé, Terra Indígena Lagoa Encantada, Aquiraz, abre amanhã, 14
- 03** Índios e quilombolas de Oriximiná se unem em busca da regularização de suas terras e contra o avanço da mineração
- 04** MPF pede investigação sobre execuções e comunidade aponta envolvimento de político
- 05** Fazendeiros do MS farão leilão para financiar "resistência" contra indígenas
- 06** Tempos de aflição e resistência, por Egon Heck
- 07** Incra convida Associação Brasileira de Antropologia para integrar Mesas de Negociação Quilombola
- 08** “2ª reunião do Movimento Ipereg Ayu: mais um passo na resistência Munduruku”. Sawe!
- 09** Funai participa de oficina sobre processos de formação em PNGATI
- 10** MPF entra na Justiça para suspender imediatamente licenciamento da Belo Sun
- 11** Nota da Aty Guasu frente à ameaça de morte coletiva anunciada pelos fazendeiros



- 12 Desmatamento ilegal em terras indígenas e entorno e a inércia de muitas instituições públicas no Maranhão
- 13 Terra Indígena (TI) Kayabi, entre Mato Grosso e Pará
- 14 Com falta de água e infraestrutura, indígenas dizem que jogos em Cuiabá são os piores da história
- 15 Problemas nos Jogos Indígenas em Cuiabá serão usados como aprendizado para Mundial
- 16 Xamã Davi Kopenawa participa de colóquio com acadêmicos
- 17 Eu não sou Brasileiro; Eu sou Munduruku!
- 18 Mulheres indígenas elaboram documento com propostas para segurança alimentar
- 19 Veículo guiado por índios capota várias vezes na BR 070
- 20 Índios de 18 países trocam experiências em roda de conversa
- 21 Índios do Alto Vale compartilham cultura com os serranos
- 22 CRA vai ouvir ministro da Justiça sobre demarcação de terras na próxima quinta-feira
- 23 Índios Umutina de Barra do Bugres homenageiam Faia por esforço da Copa
- 24 Surto de diarreia atinge índios em jogos
- 25 Aldo Rebelo e Silval Barbosa entram no clima nos Jogos Indígenas
- 26 Ministro do Esporte elogia organização do XII Jogos Indígenas
- 27 Assembleia de indígenas e lideranças deve reunir 600 pessoas nesta quinta



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

-
- 28** André cobrou Lula sobre promessa feita para resolver conflito indígenas
 - 29** Campeões indígenas do futebol serão definidos nesta quinta-feira
 - 30** Dilma deve resolver questão indígena na paz, que na guerra fica caro, diz Lula
 - 31** Guerreiras indígenas demonstram força em ritual
 - 32** A VIDA NUM QUILOMBO DE ITACARÉ



Mantida decisão que obrigou a Anatel e a Embratel a instalarem telefone de uso público em comunidades ribeirinhas do Pantanal

SÍTIO PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA – 3ª REGIÃO, 13.11.2013

Acesso telefone de uso público mais próximo de Paraguai Mirim e de Barra de São Lourenço se dá a remo, em percurso que em média leva 20 horas

A Procuradoria Regional da República da 3ª Região (PRR-3) obteve a manutenção da decisão que obrigou a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) a instalarem Telefone de Uso Público (TUP) nas comunidades tradicionais ribeirinhas de Paraguai Mirim e de Barra de São Lourenço, localizadas no Pantanal, próximas de Corumbá (MS). A decisão ainda estipulou o prazo de sessenta dias para que seja realizada as instalações, sob pena de R\$ 1.000,00 por dia de atraso.

A lei determina que todas as localidades com mais de cem habitantes devem dispor de pelo menos um TUP instalado e acessível, vinte e quatro horas por dia. Além disso, a própria Anatel reconheceu em seu relatório de fiscalização das comunidades ribeirinhas que essas regiões são habitat de animais selvagens e peçonhentos, como piranhas, cobras, onças e jacarés. Isso faz com que a população local fique em situação de risco, sendo inviável pedido de socorro médico uma vez que o tempo de acesso ao TUP mais próximo é, em média, de vinte horas a remo.

As rés moveram recursos contra a decisão sob o argumento de que as comunidades ribeirinhas não atenderiam o requisito de comunidade urbana em razão das casas ficarem distantes entre si a distâncias superiores a cinquenta metros. A Embratel também pediu que o valor da multa fosse diminuído caso seu recurso fosse negado.

A Procuradoria se manifestou contra os recursos, rechaçando as alegações. A PRR-3 afirmou que as comunidades ribeirinhas apresentam os requisitos de continuidade urbana, com a particularidade de tais comunidades estarem inseridas no Pantanal, “uma planície alagável e, por conseguinte, de ocupação territorial mais espaçada”. De acordo com a Procuradoria, o valor da multa está adequado pois a Embratel não se sentiria obrigada a cumprir a decisão caso o valor fosse menor.

A PRR-3 concluiu que a instalação do TUP deve ser realizada imediatamente pois “as comunidades em questão sofrem com a marginalização e o isolamento, pela ausência de integração social e pelo risco à vida e à saúde da população”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

Seguindo o entendimento da procuradoria, a 4ª turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) decidiu negar os recursos da Anatel e da Embratel, mantendo a decisão que as obrigou a instalar Telefone de Uso Público (TUP) nas comunidades tradicionais ribeirinhas de Paraguai Mirim e de Barra de São Lourenço, sob pena de R\$ 1.000,00 por dia de atraso.

Processo nº 2012.03.00.023996-3 (Anatel)

Processo nº 2012.03.00.023350-0 (Embratel)

Assessoria de Comunicação Social

Procuradoria Regional da República da 3ª Região

Fones: (11) 2192 8620/8766 e (11) 99167 3346

ascom@pr3.mpf.gov.br

twitter: @mpf_prr3



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

CE – Exposição “Os Povos Indígenas” na comunidade Jenipapo-Kanindé, Terra Indígena Lagoa Encantada, Aquiraz, abre amanhã, 14
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.11.2013

EXPOSIÇÃO

OS POVOS INDÍGENAS
NO ACERVO DA PASTORAL INDIGENISTA
DA ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA

CONVITE

O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza convida todo o movimento indígena, organizações indigenistas e apoiadores da nossa luta para visitarem a Exposição Itinerante, que será realizada na Aldeia Lagoa da Encantada da Etnia Jenipapo-Kanindé, com sua abertura no dia 14 de novembro às 15h permanecendo até o dia 21 de novembro de 2013.

“Não somos ressurgidos, nem emergentes, somos povos resistentes.”

Realização: CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA

Apoio: MUSEU HISTÓRICO DO CEARÁ

Patrocínio: Ministério do Desenvolvimento Agrário

BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Índios e quilombolas de Oriximiná se unem em busca da regularização de suas terras e contra o avanço da mineração
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.11.2013



Bianca Pyl, Comissão Pró-Índio de São Paulo

Os índios e quilombolas de Oriximiná, no Pará, iniciaram uma campanha – com apoio da Comissão Pró-Índio de São Paulo e do Iepé – pela regularização de suas terras e pela paralisação das atividades minerárias em suas terras no mês passado.

A campanha começou a colher frutos este mês, quando o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Pará encaminharam a órgãos públicos estaduais e federais Recomendação para que sejam suspensas as licenças e autorizações expedidas para pesquisa minerária nas terras onde vivem estas comunidades.

Mas, ainda sim, precisamos de sua ajuda para pressionar os órgãos responsáveis para conseguir não só a paralisação as atividades minerárias, como também para regularizar as

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

terras destas comunidades. Para isso pedimos seu apoio: basta acessar a carta, preencher com seu nome e RG e enviar a sua mensagem, que vai direto para Funai, Incra, Ibama, Iterpa e MPF.

A campanha reivindica:

Imediata publicação do relatório de identificação da Terra Indígena Kaxuyana/Tunayana pela Funai.

Imediata publicação do relatório de identificação da Terra Quilombola Alto Trombetas pelo Incra.

Agilização dos processos de regularização as Terras Quilombolas Jamari/Último Quilombo/Moura, Ariramba e Cachoeira Porteira pelo Incra e Iterpa.

Nenhuma atividade minerária, inclusive pesquisas, antes de titulação.

Cancelamento das autorizações para a Mineração Rio do Norte realizar estudos e exploração mineral dentro das terras quilombolas.

Saiba mais sobre a situação das comunidades [clikando aqui](#).

Apoie a Campanha, compartilhe esta mensagem com seus amigos!

Comissão Pró-Índio de São Paulo



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

MPF pede investigação sobre execuções e comunidade aponta envolvimento de político

SÍTIO CIMI, 13.11.2013

Por Renato Santana,
de Brasília (DF)



Com base em denúncias sobre o assassinato de três indígenas da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, sul da Bahia, na última sexta-feira, 8, o Ministério Público Federal (MPF) de Ilhéus (BA) requisitou à Polícia Federal investigação acerca das mortes. De acordo com os procuradores da República Ovídio Augusto Amoedo Machado e Tiago Modesto Rabelo, as informações dão conta de uma emboscada premeditada contra os Tupinambá, numa região de conflitos provocados pela indefinição da demarcação da terra indígena. Na

foto ao lado, fazenda retomada pelos Tupinambá dentro do território identificado como tradicional.

A Polícia Federal trabalha com a hipótese de que os assassinatos tenham ocorrido depois de uma 'briga de bar' envolvendo as vítimas – contradizendo as suspeitas dos procuradores da República. Porém, para os Tupinambá da região do Mamão, distrito de Lençóis, município de Una, área identificada como tradicional e repleta de fazendas retomadas pelos índios, algumas questões não estão respondidas e afirmam: há a participação de político contrário à demarcação da terra indígena na articulação da emboscada.

"Teve um fazendeiro que falou para a gente que três suspeitos (brancos) de terem participado da emboscada foram protegidos por esse político e que ele teria ajudado eles a fugir. A polícia prendeu apenas os três índios envolvidos, sendo um deles Lindomar Araújo Nascimento", declara liderança Tupinambá – não identificada por motivos de segurança. No Boletim de Ocorrência 13-02068, registrado na 7ª Coorpin do município de Una (BA), Lindomar aparece como o único réu, mesmo com a informação fornecida por testemunha da existência de mais participantes na emboscada.

Inicialmente se falava em quatro indivíduos presentes nos assassinatos, mas os relatos de uma testemunha apontam para a participação de seis indivíduos, sendo três índios e três brancos. Por que apenas os indígenas suspeitos foram detidos?, perguntam as lideranças. "A intenção

CONT.



parece que é de transformar o caso numa briga entre os indígenas. Acontece que sabemos que os 'brancos' que participaram têm relação com esse político, com policiais e fazendeiros insatisfeitos com as retomadas. Os três meninos mortos sempre estavam nas lutas do povo", declara a liderança. Um dos 'brancos' envolvidos, de acordo com relatos, é chamado de 'Erê' e um conhecido pistoleiro da região.

O irmão de Erê, segundo os indígenas, teria sido abordado pela Polícia Federal no último domingo, 10, portanto um rifle. Os policiais teriam apreendido apenas a arma. A suspeita é de que o rifle possa ter sido usado na emboscada. Um dos mortos, Aurino Calazans dos Santos, de 31 anos, que além dos tiros teve a cabeça quase decepada e o corpo com marcas de tortura, de fato teria tido uma briga com Lindomar, semanas antes. Para os indígenas, porém, o fato teria sido usado pelo político para organizar a emboscada, posto que Lindomar mantinha estreita relação com os inimigos dos Tupinambá – ligados ao campo contrário às demarcações.

"Tem um lado de vingança, mas manipulado por quem não nos quer nessas terras. Os índios envolvidos foram cooptados. Então precisa investigar. A comunidade encontra-se bastante traumatizada com o crime brutal. A gente sabe que os verdadeiros assassinos estão soltos e continuam rondando por aqui. Outra coisa é que há tempos que fazemos denúncias contra esses indivíduos. Eles ameaçam, andam armados", explica a liderança Tupinambá. A comunidade aponta ainda o constante tráfego de um gol preto, com os vidros filmados, rondando a região do Mamão desde pouco antes da emboscada.

Desde o dia 14 de agosto deste ano os Tupinambá estão submetidos a constantes ameaças, atentados e comumente alvos de racismo e campanha de preconceito nos municípios do entorno da terra indígena. Em 3 de setembro, porém, as ameaças se concretizaram e um indígena foi assassinado em área recém retomada pelos Tupinambá, na Serra das Trempes. Dois meses se passaram e o crime segue impune, sem nenhuma informação apresentada pela Polícia Federal.

Violência no sul da Bahia

Aurino Santos Calazans, 31 anos, Agenor de Souza Júnior, 30 anos, e Ademilson Vieira dos Santos, 36 anos, foram executados em emboscada quando regressavam da comunidade Cajueiro, por volta das 18 horas da última sexta, porção sul do território tradicional, quando foram emboscados por seis, de acordo com os últimos relatos da testemunha do crime. Disparos de arma de fogo foram feitos contra os indígenas. Na sequência os assassinos praticaram torturas, dilaceraram os corpos com facões e com o que é chamado na região de "chicote de rabo de arraia".

Nos últimos meses, cinco Tupinambá e um Pataxó foram assassinados no contexto da luta pela terra tradicional no extremo sul baiano. A região possui diversos focos de conflito entre indígenas, que reivindicam territórios tradicionais já identificados, e fazendeiros, que se negam a sair das áreas. O governo federal, por sua vez, paralisou os procedimentos demarcatórios na região aguçando ainda mais o conflito. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, justificou a suspensão com a criação de uma 'mesa de diálogo', que com estas mortes tem se comprovado ineficiente.

CONT.



O processo de identificação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença teve início em 2004. Em 2009, a Fundação Nacional do Índio (Funai) aprovou o relatório circunstanciado que delimitou a terra em 47.200 mil hectares, estendendo-se por porções dos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una, no sul da Bahia. No momento, os Tupinambá aguardam a publicação da Portaria Declaratória, para que o processo se encaminhe para as etapas finais de retirada dos não-índios, pagamento de indenizações, reassentamento dos pequenos e homologação.

Execuções chegam ao Congresso

O deputado federal Chico Alencar (PSOL/RJ) se pronunciou na Câmara nesta quarta, 13, denunciando as três mortes e a permanente impunidade que as permeia. Porém, o parlamentar acredita que o caso na região não é de polícia: "O governo precisa fazer que se conclua com urgência o processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá (de Olivença), cuja paralisação tem dado margem ao acirramento dos conflitos".

Alencar lembra que "em face da demora ilegal e abusiva do governo em cumprir a demarcação, o MPF propôs ações civis públicas responsabilizando o Estado por não cumprir a atribuição legal de proteger os direitos indígenas". O parlamentar prestou solidariedade às famílias dos indígenas mortos e clamou ao ministro da Justiça o encaminhamento do processo demarcatório da terra indígena onde vivem cerca de 4.700 Tupinambá.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

Fazendeiros do MS farão leilão para financiar "resistência" contra indígenas
SÍTIO CIMI, 13.11.2013

Ruy Sposati, de Campo Grande (MS)

Fazendeiros do Mato Grosso do Sul irão leiloar "de galinha a vaca OP [gado de Origem Pura]" para financiar a luta contra indígenas. Nesta quarta-feira, 13, ruralistas se reuniram na Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), em Campo Grande, para organizar o "Leilão da Resistência", evento cujos recursos serão destinados a ações de combate às ocupações de terras por indígenas no estado.

Após as mal-sucedidas negociações com o governo federal e indígenas, produtores da região tem se pronunciado de maneira virulenta sobre a questão fundiária no estado - e sobre quais serão os próximos passos dos ruralistas na "resistência" contra o avanço das ocupações indígenas.

No último dia 7, em reunião realizada na Acrissul, o presidente da entidade, Chico Maia, disse: "a Constituição garante que é direito do cidadão defender seu patrimônio, sua vida. Guarda, segurança, custa dinheiro. Para entrarmos numa batalha precisamos de recurso. Imagine se precisamos da força de 300 homens, precisamos de recurso para mobilização". Na reunião do dia 13, Chico afirmou que "novos confrontos estão por vir e algo precisa ser feito para evitar novas mortes".

O vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Nilton Pickler, também veio à público corroborar a leitura da Acrissul. "Estamos em uma terra sem lei, onde invadir propriedade não é mais crime, alguma reação precisa ser feita", afirmou.

No início de novembro, um grupo de fazendeiros permaneceu acampando próximo à ponte que dá acesso à terra indígena Yvy Katu, em processo de demarcação há 29 anos e retomada pelos Guarani Nandeva em outubro. Durante o acampamento, ruralistas ameaçaram adotar "medidas próprias" caso o governo federal não apresentasse proposta concreta sobre o "litígio de terras" no estado. No local, circulavam panfletos e adesivos que conclamavam "republicanos, liberais, (...), empresários, militares (...), maçons" a dar um "basta ao marxismo cultural", sob o slogan de "Pelo direito à propriedade: O Brasil que produz reage!".

"Milícia privada"

Em contexto de conflito envolvendo indígenas e fazendeiros, em novembro de 2011, a empresa de segurança privada Gaspem, que prestava serviços a proprietários de terra que incidem sobre território tradicional, foi acusada de envolvimento na morte do rezador Guarani Kaiowá

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

Nízio Gomes, no tekoha Guaiviry, em Aral Moreira. Na denúncia, o Ministério Público Federal do Mato Grosso do Sul (MPF-MS) classificou a ação da empresa como "milícia privada", exigindo a suspensão das atividades da companhia.

"Índio morto não luta mais"

Além dos fazendeiros, indígenas tem enfrentado a postura truculenta de alguns policiais federais. Conforme relatado pelo Conselho do Aty Guasu, organização política Guarani e Kaiowá do MS, o delegado da Superintendência da Polícia Federal do Mato Grosso do Sul, Alcídio de Souza Araújo, declarou que, se fosse preciso, chamaria a Força Nacional para retirar os indígenas e observou que "índios mortos não lutam mais, o sonho acabou".

Em entrevista à Rede Brasil Atual, o antropólogo Kaiowá Tonico Benites, do Conselho do Aty Guasu, afirma que o delegado Araújo disse à comunidade que "se vocês estiverem em 4 mil aqui, eu posso juntar 10 mil policiais, Força Nacional, para cumprir a ordem judicial."

"Vocês, índios, vivos podem até cobrar um milhão de reais pela morte de índio do governo, mas quem morreu já morreu", disse. Depois concluiu: "Não sei na crença de vocês, mas na minha crença só um homem ressuscitou, que é Jesus Cristo."

Com informações da Rede Brasil Atual, MPF-MS, Correio do Estado e Campo Grande News

Tempos de aflição e resistência, por Egon Heck
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.11.2013

"A criação de milícia é parte do plano de fazendeiros de Mato Grosso do Sul que planejam uma espécie do que eles chamam de contra-ataque aos índios que ocuparam suas terras. É o que informa o jornal Correio do Estado desta sexta-feira (8)."

"O presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) fala sobre a "guerra" ...



Por Egon Heck

A verdade para a Comissão

Certamente a coordenadora da questão indígena e camponesa, da Comissão Nacional da Verdade, Maria Rita Kehl, teve uma das experiências mais marcantes nessa sua árdua tarefa de jogar luzes e visibilidade a essa história de massacres dos povos indígenas. O que os povos indígenas esperam é que se faça justiça. O primeiro e fundamental passo é o reconhecimento e garantia de seus territórios.

Depoimento emocionante de indígena Guarani Ñandeva em defesa de sua terra, durante a visita de Maria Rita Kehl à comunidade em retomada na Terra Indígena Yvy Katu:

"Nos índio Guarani sabemos toda historia, vocês conhecem a história do Povo Guarani, e dos Povos indígenas do Brasil pelos livros, mas nós somos livros, somos livros vivos. Nós não

CONT.



temos dinheiro nós não temos condição pra comprar nossas terras de volta, mas temos coragem de dar nossa vida, temos coragem de dar nosso sangue escorrer nessa terra, pra que a gente recupere nossa terra.

Nós estamos aqui em pé liderança, nos tamo em pé, mas cheirando o verde ao nosso redor. Qualquer momento nós podemos perder nossa vida e ai o fazendeiro tem dinheiro tem recurso para ir lá falar o índio morreu atoa, o índio é vagabundo. Puxa no livro se nós índio dependia dos branco, dependia do governo pra sobreviver quando era tudo mato.

Nós não DEPENDIA de NIGUEM pra sobreviver. Nós não precisava pedir terra, nós não precisava pedir cesta básica, nós não precisava pedir proteção porque nós tinha tudo da natureza. E o não índio veio e tirou tudo da gente. E agora é nós que somos vagabundo? É nós que somos invasor? Nós não somos INVASOR. Nós queremos o que é NOSSO. Quanta gente morreu? Quanta gente derramou sangue? Quanta gente se esparrou por causa da violência contra o povo indígena”.

O depoimento completo pode ser ouvido [AQUI](#).

Ao guerreiro da esperança

Representantes dos povos indígenas de Goiás/Tocantins fizeram um ritual em frente ao hospital em que Dom Tomás estava se recuperando. Foi um gesto carregado de gratidão, bondade e esperança:

“Dom Tomás veja que bela e exemplar história de resistência você está escrevendo e “imprimindo” junto com os Povos Indígenas e Movimentos Sociais desse País. Um bom pastor, sempre armado com a verdade e munido com sabedoria cristã; às vezes, voando em céus de turbulências; às vezes, navegando em águas agitadas ou trilhando os caminhos espinhentos dessa América Latina. Você nunca se intimidou e nem se curvou diante da arrogância e da prepotência dos tiranos.

Nesse momento de sua Vida você nos dá maior lição de amor ao próximo. Esse gesto Guerreiro nos fortalece e nos enche de esperança; na certeza que temos que continuar lutando pelas crianças, pelos idosos, pelos empobrecidos e excluídos. A nossa luta por dignidade e Direitos humanos não tem fronteiras e é contínua. Até breve grande Guerreiro da Paz, nós vamos vencer!”



CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

Bem Viver – desafios e perspectivas

Missionários(as)Lideranças indígenas, aliados da causa estivemos uma vez mais reunidos para partilhar desafios e traçar perspectivas para enfrentar esse difícil momento d os povos indígenas, populações tradicionais e empobrecidos desse país.

“Durante a XX Assembleia, representantes indígenas manifestaram profundas preocupações diante de tais investidas contra seus direitos pelo Estado brasileiro, com brutal violência, assassinatos e criminalização. Ao refletirem sobre os setores que os oprimem, dizem que “se não nos deixarem sonhar, não os deixaremos dormir”. Com convicção, afirmaram que jamais renunciarão às suas terras. Ao mesmo tempo, sentem-se encorajados por todos aqueles que deram suas vidas na luta pelos seus direitos, por avanços conquistados e pela certeza de que jamais serão vencidos. Esperam continuar com o apoio solidário do Cimi e de mais aliados e amigos.

Com os povos indígenas, originários de todo continente, Abya Yala, com os quilombolas, populações tradicionais, camponeses, com os empobrecidos e oprimidos, queremos renovar nossa profunda convicção de que mesmo que neguem a vida, decepem as árvores, é da raiz invencível que brotarão flores e frutos, mel e leite, novos projetos de sociedade, do Bem Viver defendido pelos povos ameríndios” (Carta da Assembléia).

Cimi Secretariado, Brasília, 12 de novembro de 2013



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

Incra convida Associação Brasileira de Antropologia para integrar Mesas de Negociação Quilombola
SÍTIO INCRA, 13.11.2013



ABA- Associação Brasileira de Antropologia integrará mesas de negociação permanente junto com demais representantes quilombolas
Foto: Ascom/Incra/Sede

O presidente do Incra, Carlos Guedes, recebeu nesta terça-feira (12) no gabinete da presidência do Incra, em Brasília (DF), representantes da coordenação nacional da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Durante a audiência Guedes convidou a associação a participar das Mesas de negociação permanente Quilombola, Nacional e regional, devido a importância da entidade para o tema.¹² 11 guedes aba lucio mello

Para o presidente do Incra, a medida tem como objetivo discutir temas relativos à regularização dos territórios quilombolas e garantir a qualidade dos laudos antropológicos, peças fundamentais na elaboração dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação dos territórios quilombolas. Guedes enfatizou a importância de se avançar na regularização de áreas onde não haja conflito, para reconhecer o direito das comunidades e a relevância da ABA nas Mesas permanentes para solucionar casos concretos.

Já para a vice-presidente da ABA, Elen Woortman, foi uma reunião interessante para ambas as entidades, "A metodologia das mesas de negociação, ao colocar uma série de órgãos juntos, representa o momento em que cada um vai ajudar e contribuir para o tema. Não há nada mais diverso que a estrutura fundiária brasileira, com situações as mais controversas e, às vezes, dispare e que trazem situações importantes em que a antropologia pode contribuir." avaliou Elen.

CONT.



Avançar

Segundo a vice-presidente, trata-se de uma importante parceria entre a entidade pública Incra com a ABA para avançar nas questões quilombolas. "É um reconhecimento do nosso papel, mas também o reconhecimento de que devemos ajudar e participar e negociar dentro de nossas possibilidades e limitações".

Desde outubro de 2011, o Incra e a Associação Brasileira de Antropologia firmaram termo de cooperação técnica ([<http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/11499-acordo-incra-e-associacao-brasileira-de-antropologia-acelera-regularizacao-de-quilombolas>]), com financiamento da Fundação Ford. A parceria atuará no acompanhamento da execução dos trabalhos de campo para elaboração dos Relatórios Antropológicos pelas equipes contratadas.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

**"2ª reunião do Movimento Ipereg Ayu: mais um passo na resistência Munduruku".
Sawe!**

SÍTIO OBSIDIANA.TV, 13.11.2013



Amazônia em Chamas

Foram cinco dias de conversas que se estendiam pela noite. Justificável: é rara uma situação em que mais de 400 indígenas de 62 aldeias da etnia Munduruku têm a oportunidade de se encontrar para debater {trocar experiências e relatos} a respeito dos impactos iminentes do projeto federal que prevê a construção de barragens na região em que habitam.

Entre os dias 1 e 5 de novembro, diversas representações deste povo – junto com parceiros, ribeirinhos também afetados e órgãos como Funai e Ministério Público Federal – se encontraram à margem do rio Tapajós, na aldeia polo base Restinga, para discutir os rumos do Movimento Ipereg Ayu – organização indígena de luta contra a construção das hidrelétricas previstas no PAC.

A pauta da reunião indicava a urgência desse encontro. Feita de forma aberta, podendo qualquer Munduruku opinar ou adicionar pontos, ela continha mais de vinte itens – tendo destaque no debate a estruturação do movimento Ipereg Ayu e ações para o fortalecimento da resistência ao projeto federal, firmando uma agenda autônoma de ações para 2014. Vale a pena ressaltar alguns direcionamentos e decisões que apontam novos rumos na luta.

Associação Pusuru é extinta e transformada em Da'uk

Desde a reunião claramente arbitrária realizada em Jacareacanga, no dia 3 de agosto, parte

CONT.



significativa dos indígenas da etnia Munduruku já não se viam representados pela Associação Pusuru. A insatisfação tem motivos. A referida assembleia trocou a direção da entidade desconsiderando a opinião dos caciques – que nos mais de vinte anos de existência da associação tradicionalmente eram os responsáveis pela escolha do corpo diretório. Ao invés de se configurar numa reunião interna da etnia, o encontro contou com a intervenção de vereadores e prefeitura de Jacareacanga, além de forte aparato policial, inibindo a livre escolha participação dos Munduruku presentes.

Por conta disso, o movimento Ipereg Ayu extinguiu a associação e criou uma nova entidade representativa para a etnia. A Da'uk (que em Munduruku significa taoca, espécie de formiga conhecida por caminhar em coletividade) teve sua diretoria escolhida pelos mais de 60 caciques presentes.

Integram a nova associação Ademir Kaba (coordenador), Reginaldo Poxo (vice-coordenador), Ismael Akay (primeiro secretário), Antônio Saw (segundo secretário), Edivaldo Poxo (tesoureiro), Artemizia Manhuary (primeira fiscal) e Solano Akay (segundo fiscal). De acordo com Josias Manhuary, chefe-geral dos guerreiros e coordenador da 2ª reunião do movimento Ipereg Ayu, a partir de agora as reuniões da entidade ocorrerão somente em aldeias. "Vamos trazer a Da'uk mais para perto da gente. Não temos que nos encontrar na cidade, mas sim dentro do nosso espaço, sem a interferência de ninguém".

Com as novas mudanças, o Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós (CIMAT) também se renova e agora se chama Conselho Indígena Munduruku Pusuru Kao do Alto Tapajós (CIMPUKAT), coordenado por Ceso Tawe e com os demais conselheiros, entre eles, Francisco Waro, Raimundinho, Samúna Fanesa Manhuary, Valderino Waro Patauazal.

Ao final, veja a carta divulgada pela Da'uk.

Movimento Ipereg Ayu

A estruturação do movimento Ipereg Ayu teve destaque nas discussões. Atuando desde o início de 2013, o grupo tem se dedicado ao fortalecimento das bases de luta contra as hidrelétricas, em um trabalho que visa principalmente à união do povo Munduruku em prol da preservação de sua identidade e território, aspectos culturais ameaçados pelos grandes projetos.

Neste percurso, o movimento cada vez mais tem recebido apoio de lideranças locais das diversas aldeias situadas no Rio Tapajós, Teles Pires, Rio das Tropas, Kabitutu, entre outros. Na reunião foi decidida a permanência do mesmo grupo à frente do movimento, composto por Josias Manhuary, Adalton Akay, Maria Leuza Kaba, Neuza Kirixi, Francineide Koro, Reginaldo Kaba, Zenóbio Manhuary, Ana Poxo e Adailton Paygo, fotógrafo da organização.

Decidiu-se também pela realização de duas assembleias anuais, sempre realizadas em aldeias. E a próxima já tem data marcada: dia 19 de abril, na aldeia Missão São Francisco, no Rio Cururu.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

Outro assunto evidenciado nas conversas diz respeito às legislações internacional e nacional que garantem direitos das populações indígenas, como a Declaração das Nações Unidas sobre o direito dos povos indígenas e a Convenção 169 da OIT – leis violadas pelo governo brasileiro quando ignora a realização da consulta prévia, assunto abordado pelo procurador-geral da república, Felício Pontes, na reunião. (Veja aqui mais informações sobre o debate)

Também foi debatida a mudança da nomenclatura “área” para “Território Mundurucu” ao espaço reconhecido pela população indígena como local de existência e resistência histórica da etnia, além da retirada dos brancos do mesmo.

De acordo com Josias, chefe-geral dos guerreiros munduruku, a luta tende a se aprofundar com os novos passos do Ipereg Ayu. “Não iremos desistir de lutar por aquilo que é nosso por direito. A própria Constituição brasileira reconhece isso. Nossas águas, florestas, animais e plantas são coisas sagradas, sem tudo isso nossa cultura será perdida. Então iremos nos fortalecer para lutar pela nossa identidade e modo de vida. Organizados somos fortes”, ressaltou o chefe.

Amazônia em Chamas apresenta série sobre a Saga Munduruku

A partir desta semana, o blog Amazônia em Chamas apresenta uma série de reportagens-relatos-entrevistas-transcrições com os materiais produzidos durante a estadia da equipe na aldeia Restinga. Para acompanhar, acesse nossa página www.amazoniaemchamas.noblogs.org.



Funai participa de oficina sobre processos de formação em PNGATI

SÍTIO FUNAI, 13.11.2013



A oficina "Desafios de implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI): processos formativos em gestão territorial no Brasil" teve início nesta terça-feira 12 de novembro, no Centro Cultural Brasília (DF), e reuniu diversos atores e especialistas que atuam em iniciativas de formação em Gestão Territorial e Ambiental Indígena ou que participam de debates em políticas públicas ligados ao tema.

O objetivo principal do evento é sistematizar informações para subsidiar a elaboração e implementação de programas de capacitação e processos formativos em gestão territorial de Terras Indígenas em diversas modalidades, tais como cursos de extensão, cursos técnicos e universitários, voltados para povos indígenas e profissionais da área.

Os participantes são representantes de organizações indígenas, Institutos Federais Tecnológicos, Ongs, Universidades, órgãos de governo e cooperação internacional. Todos possuem em comum a atuação em Gestão Territorial e Ambiental Indígena. A ideia é que esses atores possam trocar experiências e discutir as estratégias pedagógicas de processos de formação para contribuir na implementação da PNGATI, construção de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) e outras políticas públicas correlatas.

A Funai está representada pelo coordenador da Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM), Jaime Siqueira que enfatizou na mesa de abertura, a importância de investir em processos de formação para que seja o caminho de fazer com que políticas públicas saiam do papel, "É um desafio implementar a PNGATI, portanto formar os gestores e outros atores envolvidos diretamente com a execução da Política é o caminho para que ela se transforme em realidade". Para Siqueira "os processos de formação não são ações isoladas do Estado, e sim uma ações para fortalecer estruturas e estratégias de atuação em rede, em todo território nacional, consolidando parcerias com a sociedade civil, universidades e governo".

Na oficina também estão presentes cinco consultores do Projeto Gati (Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena) que estão contribuindo nas discussões a partir das suas experiências em campo, nas áreas de referência do Gati.

O evento se encerra nesta quarta-feira, dia 13, quando após discussão de grupos de trabalho, espera-se produzir um documento de cunho político para subsidiar a formatação de cursos

CONT.



técnicos e superiores e de programas de formação “informal” de indígenas e gestores públicos visando a implementação e qualificação da discussão sobre a PNGATI.



A oficina é uma realização do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced) do Museu Nacional-Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Fundação Nacional do Índio, do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), e do Projeto Gati-Gestão Ambiental e Territorial Indígena. Também conta com o apoio da Fundação Ford, Faperj, Associação Brasileira de Antropologia (ABA), CNPq e Pnud.

Conhecendo e debatendo as experiências de gestão territorial apresentadas

Diversas experiências foram apresentadas. Muitas delas surgiram antes mesmo de se iniciar o debate da construção da PNGATI e serviram de subsídios e base para se pensar no que hoje está concretizado como Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas. Conheça abaixo as iniciativas divididas em três eixos:

1-Experiências a partir de ongs e organizações indígenas:

Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol
Centro Amazônico de Formação Indígena/Coiab
Rede de Cooperação Alternativa-RCA
Gestão Ambiental dos Territórios Pataxó/ Nupas/UEFS (BA)

2-Experiências a partir de Institutos Federais de Tecnologias e Universidades:

Experiência do Instituto Federal do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira-AM
Mestrado Profissional do CDS/UNB
Curso de Agroecologia Universidade Católica Dom Bosco/MS
Experiência do Instituto Insikiran/UFRR

3-Experiências a partir do poder público

Processos formativos no âmbito da PNGATI/Funai e do Projeto Gati
Ibaorebu- Projeto de Formação dos Munduruku
Projeto Formar PNGATI/IEB
Casas de Formação Indígena dos Terena/MS
As iniciativas de ATER Indígena/MDA

MPF entra na Justiça para suspender imediatamente licenciamento da Belo Sun
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.11.2013

MPF PA



Felício Pontes

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou hoje em Altamira ação judicial pedindo a suspensão imediata do licenciamento ambiental da mina de ouro que a mineradora canadense Belo Sun quer instalar na mesma região do rio Xingu onde está sendo construída a hidrelétrica de Belo Monte. O licenciamento é irregular porque está sendo conduzido sem exigência dos estudos de impacto sobre os indígenas que moram na área. O MPF já havia recomendado que fossem feitos os estudos. A Fundação Nacional do Índio (Funai) chegou a pedir a

suspensão do empreendimento. E mesmo assim, a Secretaria de Meio Ambiente do Pará (Sema) anunciou a inclusão da licença na pauta da próxima reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema), na próxima segunda-feira (18/11)

A Funai emitiu, em dezembro de 2012, um Termo de Referência (com as questões a serem respondidas pelos Estudos) para que a Belo Sun fizesse as pesquisas necessárias sobre os impactos aos indígenas Juruna, Arara e isolados que residem na Volta Grande do Xingu. Até agora os estudos não foram apresentados. Para o MPF, os estudos não foram realizados por absoluta negligência da Sema. A Belo Sun alega que não havia uma parte do termo de referência que trata dos índios isolados, mas depois de um ano da emissão dele, ainda não tinha enviado sequer requerimento à Funai para entrar nas terras Arara e Paquçamba, que já tinham diretrizes de estudos.

Advertida pelo MPF de que é ilegal a emissão de licença prévia para a mineração sem conhecer os impactos sobre os índios, a Sema disse que não pode “penalizar o empreendedor” e que a licença para a Belo Sun está amparada na “concepção da função social da atividade minerária”. O Projeto Volta Grande de Mineração é de responsabilidade da empresa Belo Sun Mineração Ltda., subsidiária brasileira da Belo Sun Mining Corporation, pertencente ao grupo Forbes & Manhattan Inc., um banco mercantil de capital privado, que desenvolve projetos de mineração em todo o mundo.

“É absolutamente irresponsável a atitude do órgão licenciador, de impor ao licenciamento o ritmo do mercado em benefício do empreendedor, vitimando de maneira quiçá irreversível

CONT.



povos indígenas na Volta Grande do Xingu, que terão de arcar com um risco que, por lei, deve ser evitado”, dizem os procuradores Thais Santi, Bruna Azevedo, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr.

Os indígenas que vivem nesse trecho de 100 km do Xingu vão sofrer o mais grave e definitivo impacto provocado por Belo Monte, que é a redução da quantidade de água no rio em 80% a 90%. O impacto é tão severo que o próprio Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) ao conceder a licença para a usina estabeleceu um período de seis anos de testes para saber se a Volta Grande e as populações terão capacidade de sobreviver à construção da barragem e à seca permanente.

A Funai chegou a informar a Sema que em virtude dos riscos socioambientais de Belo Monte a licença da Belo Sun só poderia ser emitida após esse período de monitoramento. A própria Norte Energia S.A, responsável pelas obras de Belo Monte, enviou documento ao MPF pedindo atuação e expressando preocupação com a sinergia entre os dois empreendimentos. Os índios Juruna da aldeia Yudjá Muratu também pediram ao MPF que intervisse para garantir-lhes o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Para o MPF, ao ignorar todas as recomendações, advertências e preocupações, ao desconhecer os impactos de Belo Monte e permitir que os estudos indígenas sejam apresentados depois da concessão da licença prévia, a Sema está cometendo diversas ilegalidades e impondo “aos indígenas duplamente afetados (por Belo Monte e agora por Belo Sun) o ônus que deveria ser do empreendedor, de arcar com as externalidades negativas do empreendimento”.

A afirmação da Sema de que vai emitir licença sem exigir estudos do componente indígena, para o MPF, viola o princípio constitucional da precaução, ofende as normas do licenciamento ambiental e configura negligência do licenciador. Ao deixar para a próxima etapa do licenciamento os estudos de impacto sobre os indígenas, a Sema transforma em condicionante o que é na verdade uma condição de viabilidade do empreendimento, o que não está previsto na ordem jurídica brasileira.

A Sema se escuda em uma portaria interministerial (419/2011) que prevê que impactos de empreendimentos minerários serão obrigatoriamente considerados se estiverem localizados até 10 km de distância de uma terra indígena. Não há consenso quanto à distância exata da mina da Belo Sun em relação à Terra Indígena Paquicamba, a mais próxima. “O licenciador fala em 10,7 Km; o Instituto Socioambiental afirma que a distância é de 9,6 Km; os indígenas da aldeia Muratu reafirmam a distância de 9,6 Km; a FUNAI afirma a distância é de 12Km e o empreendedor reafirma que a distância é de 12 Km. Dessa controvérsia, a única certeza que resta é a necessidade da precaução.”, diz o MPF.

Tanto é assim que, no caso da Belo Sun, narra a ação, “o órgão indigenista tomou conhecimento do projeto por outros meios, compareceu espontaneamente ao processo de licenciamento e manifestou com veemência a necessidade de estudos prévios sobre os povos indígenas afetados para o atestado de viabilidade do empreendimento”. Para o MPF, “ao insistir

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

na portaria interministerial mesmo diante da manifestação do órgão indigenista, a negligência do licenciador se redefine como opção ardilosa de impor ao processo de licenciamento ambiental o ritmo do mercado de ações do empreendedor”.

Processo Nº 0002505-70.2013.4.01.3903

Andamento Processual

Ministério Público Federal no Pará
Assessoria de Comunicação

Nota da Aty Guasu frente à ameaça de morte coletiva anunciada pelos fazendeiros
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.11.2013



Esta nota pública da Aty Guasu visa explicitar que nos últimos 40 anos, Nos Guarani e Kaiowá somente lutamos para recuperar um pedacinho de nossas terras tradicionais. Desde meados de 1960, o povo Guarani e Kaiowá foi e é obrigado e forçado a resistir e reagir às violências promovidas tanto pelo Estado brasileiro quanto pelos fazendeiros/políticos do sul de Mato Grosso do Sul. Não queremos mais guerra contra nós indígenas. Frente às violências históricas dos fazendeiros, aos poucos os indígenas para sobreviver resistem e lentamente reagem às ações truculentas do Estado e dos fazendeiros.

Em 1960, os fazendeiros e seus pistoleiros que chegaram ao sul de Mato Grosso do Sul em nossos tekoha terras tradicionais sempre portavam os dois revólveres (38 e 44) e balas na cintura e seus pistoleiros carregavam nas mãos duas espingardas (12 e 28), em qualquer momento já atiravam em direção dos indígenas, com os tiros de armas de fogo faziam correr os índios. Na época os índios não reagiam contra os pistoleiros, os índios para não morrer só corriam e fugiam com a sua família dos pistoleiros. Os fazendeiros e seus pistoleiros eram extremamente temidos, por que matavam sem piedade os índios.

Naquela época, fazendeiros falavam rindo que matar índios não é nada, matar índios bugre não é crime, por isso, eles matavam índios rindo, era assim naquela época. Quando os fazendeiros mandavam matar índios, nenhum índio podia se defender e nem falar nada, se alguns índios se manifestassem ou reagissem contra as ações dos fazendeiros eles mandavam matar na hora ou era preso e mandava para cadeia. Naquela época, esses fazendeiros e seus

CONT.



pistoleiros já demonstravam que não gostavam mesmo de nós índios, apresentavam os olhares nervosos e bravos sobre os índios. Era assim naquela época, os fazendeiros já falavam para nós que ia mandar matar muitos índios. Mandaria matar tudo. Na verdade, já naquela época eles mataram muitos índios e continuam matando nós índios até hoje”. (Narrações de idosos (as) guarani-kaiowá do Mato Grosso do Sul).

A princípio a guerra ou pistoleiros contra os indígenas sempre foram financiados pelos fazendeiros/políticos permitidos pelo governo e justiça do Brasil que perdura até os dias de hoje. Nós indígenas sabemos muito bem que todos os fazendeiros instalaram as fazendas sobre as terras indígenas sempre com o apoio dos pistoleiros contratados, ou melhor, todas as fazendas foram criadas sobre as terras indígenas com as violências contra os indígenas Guarani e Kaiowá. Essa é a verdade.

Para nós indígenas Guarani e Kaiowá, contratação de seguranças particulares armadas ou pistoleiros pelos fazendeiros não é novidade. Em meados de 1970, os fazendeiros já falavam isso diretamente para indígenas, realmente contrataram os pistoleiros e expulsaram os indígenas de suas terras, os fazendeiros já mandaram atacar e assassinar vários indígenas, de fato, a guerra contra Guarani e Kaiowá já foi declarada e financiada pelos fazendeiros há 40 anos, por isso esse anúncio de fazendeiros de que há risco de haver “guerra” e “derramamento de sangue indígenas” no campo não é novidade para os indígenas, isso já aconteceu e está acontecendo, os fazendeiros já promoveram as violências permanentes contra os indígenas, os fazendeiros já derramaram os sangues indígenas sim. Eles claramente somente querem atualizar, renovar a guerra e evoluir as formas de matar os indígenas nas suas terras. Hoje é a continuidade da guerra financiada pelos fazendeiros contra os indígenas.

Em primeiro lugar, pretendemos evidenciar que os fazendeiros sempre contrataram e contratam os pistoleiros e armas de fogo para atacar, assassinar e expulsar os indígenas Guarani e Kaiowá de suas terras tradicionais. Para evidenciar mais a nossa nota/informativo, relatamos expulsões dos indígenas Guarani e Kaiowá de suas terras promovidas pelos pistoleiros contratados dos fazendeiros.

Em 1980-citamos um exemplo: Em meado de 1980, as comunidades Guarani e Kaiowá do tekoha Jaguapiré-Tacuru-MS passaram a sofrer ameaças constantes pelos fazendeiros José Fuente e Octávio Junqueira Moraes, por fim, no dia 02 de março de 1985, as famílias foram atacadas e despejadas violentamente pelos 30 homens armados e policiais militares contratados pelos fazendeiros. De forma violenta, os indígenas Guarani e Kaiowá foram torturados, crianças e idosos machucados, despejados e largados à margem da reserva Sassoró pelos jagunços contratados pelos fazendeiros. A polícia Federal investigou a violência contra os indígenas. Mas uma semana depois, os indígenas retornaram a terra Jaguapiré onde resistiram e reagiram às violências dos fazendeiros.

Em 1970-, os fazendeiros passaram contratar os pistoleiros para realizar o despejo dos indígenas Guarani Kaiowá da terra indígena tradicional Potrero Guasu-Paranhos. Em meados de 1990, os indígenas retornaram a terra indígena Potrero Guasu. Em 2000, os fazendeiros deixaram de contratar os advogados para realizar despejo judicial dos indígenas, mas

CONT.



passaram contratar os pistoleiros para realizar o despejo dos indígenas. Em janeiro de 2000, por volta da meia-noite, 50 jagunços armados e vestidos com roupas do Exército, invadem o local a fim de executar a expulsão sumária da Comunidade. Trinta e cinco casas com todos os pertences das famílias indígenas são incendiadas. Os agressores dão tiros nos índios e espancam alguns índios, inclusive uma criança. Mulheres são estupradas na frente dos maridos e dos filhos. Os índios que não conseguem fugir para o mato são amontoados na carroceria de uma caminhonete e despejados nos arredores da aldeia de Pirajuí, há muitos quilômetros de distância.

Em meados de 1990 e 2000, lembremo-nos dos tiros de armas de fogo de calibre 12 dos pistoleiros contratados dos fazendeiros que acertaram o peito e a cabeça do cacique Nisio Gomes, no dia 18 de novembro de 2011, por que também retornou a reocupar a sua terra tradicional. Relatamos os tiros de arma de fogo que atravessaram o peito do professor Genivaldo Vera no dia 31 de outubro de 2009, por que estava retornando a terra tradicional Ypo'i. De forma igual, relatamos os tiros de armas de fogo que atingiram a cabeça da rezadora Xurite Lopes, janeiro de 2007, por que estava retornando a sua terra tradicional Kurusu Amba-Coronel Sapuacai-MS.

No dia 18 de novembro de 2011, por volta da 06h00min, no tekoha Guaiviry-Aral Moreira-MS entre Amambai e Ponta Porã-MS, o cacique Guarani e Kaiowá NISIO GOMES foi assassinado de modo cruel pelo grupo de pistoleiros/seguranças da empresa GASPEM, contratados pelos fazendeiros. O cadáver do cacique Nisio foi transportado na caminhonete e ainda não foi encontrado pela Polícia Federal. Hoje, quatro (04) fazendeiros se encontram foragidos da justiça. No próximo dia 18/11/2013 completa dois (02) anos. A terra indígena GUAIVIRY tradicional NÃO FOI DEMARCADA PELO GOVERNO FEDERAL.

Em julho de 2003, um grupo tentou retornar à tekoha Pyleito kue/Mbarakay. Dois dias depois homens armados contratados pelos fazendeiros invadiram o acampamento e expulsaram os indígenas com violência e torturas. Em todos os ataques dos pistoleiros das fazendas, os indígenas Guarani e Kaiowa foram amarrados, espancados, as pernas e braços fraturados e colocados num caminhão, sendo deixados em local distante da terra indígena tradicional reivindicada. Os mais atingidos pelas violências sempre foram idosos e crianças. Frente a situação relatada as comunidades resistem e insistem em recuperar o tekoha Pyelito kue/Mbarakay de seus antepassados. Todas as comunidades violentadas retornaram à reocupar as suas terras.

Ao longo de 2000, importa destacar que outras lideranças Guarani e Kaiowa sofreram e foram pegos interrogados e assassinados pelos pistoleiros das fazendas, de modo similar ao cacique Nisio Gomes, como as lideranças Guarani e Kaiowa Marco Veron na Takuara, Dorival Benites em terra Sombrerito, Dorvalino Rocha em terra Nãnderu Marangatu, Genivaldo Vera, Rolindo Vera em terra Ypo'i, Samuel Martins em terra Ka'ajari, Xurite Lopes, Ortiz Lopes em terra indígena Kurusu Amba entre outras lideranças indígenas. Mais uma vez, pedimos à Justiça Federal normal do Brasil a o julgamento e punição aos pistoleiros assassinos dos líderes indígenas no Brasil.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

Em geral, as comunidades indígenas no Brasil são condenadas à genocida e as lideranças foram condenadas à pena da morte por lutar pela recuperação de terras indígenas tradicionais. É mais lamentável que a Justiça Federal normal do Brasil não julga os fazendeiros mandantes e os pistoleiros dos fazendeiros e anti-indígenas que a década atua e opera em todas as partes do Mato Grosso do Sul, condenando os povos indígenas à genocida no Brasil.

Demonstramos a todas as sociedades nacionais e internacionais que os fazendeiros têm contratados os pistoleiros para expulsar e matar os indígenas de suas terras desde 1950 que perdura até os dias de hoje. Essas violências contra os indígenas financiadas pelos fazendeiros são antigas, por isso hoje, os indígenas já começam a reagir também às violências do Estado e dos fazendeiros. Importa se compreender que os indígenas não são violentos e nem possuem as armas de fogo e nem gostam de reagir à guerra dos fazendeiros, mas os pistoleiros contratados pelos fazendeiros sim são cruéis, temidos e utilizam as armas de fogo há década. Essa é a verdade.

Por fim, assim, todos (as) sociedade nacionais e internacionais ficam sabendo bem que os Guarani e Kaiowá e Terena no MS não somos violentos, só lutamos para sobreviver, lutamos para recuperar um pedacinho de nossas terras tradicionais. Todas as terras são nossas só vamos recupera um pedacinho sim. Em alguma ocasião só começamos e continuaremos a resistir e reagir às violências do Estado brasileiro e dos pistoleiros contratados pelos fazendeiros.

Atenciosamente,

Tekoha Guasu Guarani e Kaiowa, 13 de novembro de 2013.

Aty Guasu Guarani e Kaiowá contra os pistoleiros contratados pelos fazendeiros.

Desmatamento ilegal em terras indígenas e entorno e a inércia de muitas instituições públicas no Maranhão

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.11.2013



Moto serra trabalhando em Terra Indígena

Representantes do Conselho Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Estado do Maranhão realizaram no último mês de outubro (dias 23 a 26) a II Atividade Itinerante do CONSEMA, quando foram verificar in loco crimes ambientais que são diariamente cometidos sem a menor dificuldade no Maranhão.

A situação está sem controle há anos e que foi constatado não é surpresa, mas impressionou os conselheiros(as) estaduais: são carvoarias, serrarias, empreendimentos de gesso, transporte ilegal de madeira, toras, carvão, e lideranças indígenas reclamam que praticamente toda essa madeira vem de terras indígenas.

As gravidades são muitas, num conjunto de violações insustentável. São escolas indígenas sem merenda escolar e sem professores em muitas das TIs. Muitos rios, riachos e brejos estão secando, as queimadas são comuns, enfim, são ilícitos que estão expostos para quem quiser ver.

Não existe fiscalização, monitoramento, educação ambiental, não há vontade política de coibir tantos crimes cometidos contra as florestas, os rios, a biodiversidade e a qualidade de vida da sociedade como um todo, mas em especial dos povos indígenas que estão nas terras indígenas sem políticas públicas de educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, gestão territorial e ambiental.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

As atividades incluíram ainda a participação de caciques e lideranças indígenas e reuniões com o Ministério Público Federal e Estadual. E as lideranças indígenas reforçaram a necessidade de que os órgãos públicos tomem providências imediatas.



Placa destruída e baleada que deveria demarcar a Terra Indígena Governador



Rios secando

As áreas visitadas foram as TIs Governador e Arariboia e entorno, localizadas no município de Amarante, e a área do entorno da TI Bacurizinho, no município de Grajaú-MA. onde tem várias outras terras indígenas.

[Veja mais fotos](#)

Fonte: Fórum Maranhense de Segurança Alimentar e Nutricional
Enviada para Combate Racismo Ambiental por Auridenes Matos



Terra Indígena (TI) Kayabi, entre Mato Grosso e Pará
SÍTIO CEDEFES, 14.11.2013

Ao suspender registro da TI Kayabi, ministro do STF toma decisão surpreendente e confunde ampliação com identificação de terra indígena.

Desde o dia 7 de novembro, por decisão do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), está suspenso o registro em cartório imobiliário da Terra Indígena (TI) Kayabi, entre Mato Grosso e Pará. Esta medida surpreendeu e preocupou quem acompanha o penoso histórico de reconhecimento desta área como de posse permanente dos povos Kayabi, Apiaká e Munduruku. Fux acatou uma ação movida pelo estado de Mato Grosso, alegando que os indígenas não ocupavam essas terras quando a Constituição de 1988 entrou em vigor. O ministro fez ainda referência à decisão recente da Corte sobre a TI Raposa Serra do Sol (RR), adotando, mesmo não sendo vinculante aos demais casos do país, a condicionante de que ficaria "vedada a ampliação de terra indígena já demarcada". Só que, ao aceitar que o caso da TI Kayabi é de "ampliação" de terra indígena, cria-se um fato consumado simplificado e equivocado.

O ato de aumentar os limites da TI Kayabi não é algo que esteja em questão neste momento, pois foi há muito superado durante o processo administrativo que reconheceu, identificou, demarcou e homologou a mesma com 1.053.000 hectares – etapa que teve seu desfecho em 24 de abril de 2013 por decreto presidencial.

Naquele ato, a presidente Dilma Rousseff nada mais fez do que homologar rigorosamente a mesma área definida 11 anos atrás por meio da Portaria 1149 do Ministério da Justiça, publicada em 2002, quando declarou de posse permanente dos indígenas esta extensão da TI Kayabi. Já àquela época, determinou, assim, a demarcação da área. E só o fez porque durante todos esses anos os índios resistiram e lutaram pelo direito de usufruírem de seu território tradicional.

Três anos antes, em 1999, o governo federal aprovava e publicava no Diário Oficial da União o relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Kayabi, cujo grupo de trabalho foi definido ainda em 1993, coordenado pela antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues. Portanto, há mais de 20 anos este processo tem se arrastado, sem que o governo estivesse fazendo nada além de identificar, pela primeira vez, o território tradicional do povo Kayabi do Teles Pires a partir de laudos antropológicos. Este é um direito dos índios assentado no decreto 76.999 de 1976, determinando que todas as terras indígenas deveriam ser demarcadas de acordo com estudos antropológicos e "relatório contendo a descrição dos limites da área, atendidos a situação atual e o consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação dos índios".

CONT.



O direito de ter suas terras identificadas foi negado aos Kayabi em 1982, quando o governo de João Figueiredo homologou (com 117.246 hectares) a Terra Indígena Kayabi (grafava-se Cayabi) – demarcada em 1975 e definida em 1945 por Getúlio Vargas com área aproximada de 166.500 hectares no estado do Pará – à revelia de qualquer estudo de identificação do território tradicional dos Kayabi e ao arrepio da legislação. Deste modo, não há de se falar em ampliação, pois a TI Kayabi começou a ser identificada 20 anos atrás e, a partir deste trabalho, totalmente respaldado pela lei brasileira, o governo federal editou os demais atos administrativos de declarar, demarcar e homologar os 1.053.000 hectares – não sem antes, em cada uma dessas etapas, brigar também na Justiça contra os fazendeiros para fazer cumprir o direito dos indígenas.

Ao aceitar os argumentos do governo de Mato Grosso, que tenta negar a tradicionalidade do território Kayabi, o STF se contradiz porque em recente julgamento a ocupação tradicional foi reconhecida por aquela mesma Corte por meio de laudos periciais produzidos em juízo. Esquece-se também do histórico de ataques contra os indígenas em diversos momentos da história, alguns dos quais nenhum pouco longínquos.

Como exemplo, desde o século XIX e nos anos 1940, as frentes de exploração de borracha vindas do sul encurralavam os Kayabi e os dizimavam em confrontos com fazendeiros e seringueiros. Alguns índios se refugiaram na área do rio dos Peixes, outros fundaram aldeias no Médio Teles Pires, em afluentes dos rios Arinos e Jurueña ou no alto Tapajós. A partir dos anos 50, os Kayabi sofreram com epidemias de sarampo. De acordo com o relatório de identificação da TI Kayabi, “apesar do ano de 1966 ter sido tomado por muitos como o último da Operação Kayabi, organizada pelos irmãos Villas Boas visando a transferência destes índios para o Xingu, ainda restavam várias famílias Kayabi do Baixo Teles Pires que haviam sobrevivido à epidemia de sarampo e continuavam vivendo bastante isolados e sem nenhuma assistência do governo”.

Em 1970, com a retirada compulsória de indígenas da região, instalou-se uma empresa mineradora no rio São Benedito. “Temendo represálias e assustados com as ameaças de funcionários da Mineração São Benedito, o grupo [que se recusou a entrar nos aviões da FAB rumo ao Xingu] internou-se nas matas da região por dois meses seguidos, fugindo do contato com outras pessoas, passando fome e todo o tipo de privações”, relata outro trecho do documento. Cerca de um ano depois, um casal que tinha sido levado para o Xingu resolveu retornar ao Teles Pires em uma dramática marcha de fuga que durou aproximadamente oito meses. Junto com outro grupo, foi encontrado pela Funai em 1973. Naquela época, o órgão indigenista chegou a registrar oficialmente que o patrimônio indígena estava tendo suas riquezas exploradas por regatões, grileiros e posseiros.

Esta situação, como se vê, ainda não acabou. Pelo contrário, ganhou como defensor do processo de esbulho das terras indígenas o estado de Mato Grosso, arguindo na ação acatada pelo ministro Luiz Fux que “não há dúvida de que, na data da promulgação da CF/88, já não mais existiam índios Kayabi em território mato-grossense, tomando-se o conceito jurídico de posse imemorial como parâmetro”. Com isso, desconsidera o artigo 231 da Constituição, que define “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

O estado de Mato Grosso afirma que, em vez de grileiros, madeireiros e posseiros reiteradamente flagrados em diversas operações de fiscalização ambiental empreendidas pelo órgão federal de meio ambiente dentro da TI Kayabi, enxerga a área como, na verdade, uma APA.

Em janeiro de 2013, o governador de Mato Grosso criou dentro de uma terra indígena reconhecida, identificada, declarada, demarcada e homologada a Área de Proteção Ambiental (APA) Santa Rosa com 313 mil hectares. Como se sabe, ainda que as APAs necessitem de gestão (e gestores sérios) para cumprir com seu objetivo de conservar a natureza, elas configuram-se como as unidades de conservação menos restritivas de todo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), sem previsão de desapropriação de ocupantes, entre outras facilidades.

A ação que julga o mérito da questão ainda não foi apreciada pelo STF.

Fonte: Andreia Fanzeres - OPAN

Com falta de água e infraestrutura, indígenas dizem que jogos em Cuiabá são os piores da história

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.11.2013



Jardel P. Arruda – Olhar Direto

Índios de variadas etnias participantes dos 12ª Jogos dos Povos Indígenas afirmam que o evento realizado em Cuiabá é o pior de todas as edições já realizadas anteriormente. A maior parte das reclamações é referente a precariedade da infraestrutura, passa pela falta de conforto e vai até a pouca visibilidade da competição.

Um dos maiores problemas enfrentados pelos indígenas foi a falta de água nos dias que antecederam o evento. Aislan Wapri Iwari, membro da equipe de cabo-de-guerra do povo Xavante, contou que chegaram ao alojamento na quinta-feira (7) e ficaram até sábado (9) sem água para tomar banho ou lavar roupas.

“A gente ficou muito feliz quando soube que Cuiabá seria sede dos jogos. Mas quando chegamos aqui já ficamos três dias sem água. Acharmos que os índios de Mato Grosso seriam bem tratados aqui, mas isso não aconteceu. É uma decepção que a gente vai deixar gravada na memória”, disse o xavante, que participa pela quarta vez dos Jogos dos Povos Indígenas e diz nunca ter sido tão maltratado.

Segundo Aislan, devido a escassez de água os indígenas tem lavado a roupa em um rio que fica próximo ao alojamento, localizado no distrito do Sucuri, em Cuiabá. Quem também fala sobre a falta de água é Haru Kuntanawa, líder do povo Kuntanawa, etnia da Amazônia. De acordo com ele, isso, associado ao clima local, tem desgastado a saúde de alguns indígenas.

CONT.

"Nós não somos acostumados a esse clima. Tem muita gente aqui ruim com a poeira. Eu mesmo estou sem voz. Devia ter mais lugar para beber água. Deviam ter depósitos grandes de água para não ficarmos sem água. Eu tenho certeza que o Governo de Mato Grosso tem um lugar melhor do que esse para nos oferecer. Um lugar gramado, por exemplo", ponderou Haru.

Alguns índios do povo Wapichana, etnia oriunda da fronteira de Roraima com a Guiana Inglesa, reclamaram do mau investimento feito na sede dos jogos. A "vila olímpica", na qual foram gastos R\$ 3,7 milhões, não terá utilização após o evento e, mesmo com esse montante investido, a infraestrutura é precária.

A chuva que caiu na tarde de segunda-feira (11) enlameou todo alojamento das diferentes etnias, invadindo as cabanas e criando lamaçais nas vias de acesso ao local. Foi preciso improvisar um aterro com cascalho para tampar as maiores poças de lama.

Outra reclamação é referente ao conforto. De acordo com o xavante Aislan Wapri Iwari, em outras edições que ele participou, em Palmas (TO), Marabá (PA) e Guaíra (PR), até os dormitórios tinham melhor qualidade. "Eles davam colhão, cobertor e travesseiro. Aqui só rede que é mais barato", reclamou.

Além disso, vários indígenas reclamaram da falta de acessibilidade do local onde os jogos estão sendo realizados. "Se fosse para ninguém ver, nós jogávamos dentro da nossa própria aldeia", disseram vários indígenas enquanto a reportagem ouvia lideranças.

O Comitê Intertribal informou, através de sua assessoria de imprensa, que toda a infraestrutura do local da sede é de responsabilidade do Governo de Mato Grosso e da Prefeitura de Cuiabá, cabendo a eles apenas a organização dos jogos.

Confira abaixo nota de esclarecimento da Secretaria Estadual de Esportes



A Secretaria de Estado de Esportes e Lazer (Seel-MT) esclarece que a construção de toda infraestrutura dos 12º Jogos dos Povos Indígenas, em Cuiabá, foi realizada conforme os padrões exigidos para a realização do evento e padronizada de acordo com as orientações do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC), idealizador e realizador dos Jogos há mais de dez anos.

Quanto às reclamações de indígenas por suposto desconforto nos alojamentos, a Seel-MT informa que forneceu aos 1.600 participantes um kit com itens exigidos pelos indígenas para a estadia,

como redes, mantas, roupas e produtos de higiene pessoal. A construção das ocas foi feita obedecendo a critérios de sustentabilidade e arquitetura indígena.

CONT.



Em relação à comida, foi contratada uma empresa para fornecimento de quatro refeições diárias e estas estão sendo disponibilizadas a todos os 1.600 participantes. Quanto à água, a Seel-MT já providenciou ampliação do fornecimento no local.

A Seel-MT informa, ainda, que o local do evento, no Jardim Botânico, região do Sucuri, foi escolhido a pedido dos próprios indígenas, que necessitavam de um espaço com vegetação e rio próximos. Além das ocas para os alojamentos, os povos contam com um ambulatório 24h para o atendimento médico, refeitório, e espaços de integração e conhecimento (oca da sabedoria e oca digital) e um local exclusivo para que eles possam comercializar o artesanato. Há ainda uma área administrativa com equipe disponível para dar suporte aos indígenas, e foi construída uma arena coberta no Jardim Botânico, com capacidade para 8 mil pessoas, onde eles fazem a demonstração dos jogos ao público.

Diante das reclamações, a Seel-MT comunica que está atuando em alinhamento com o Comitê Intertribal, instituição porta-voz dos indígenas durante o evento, para sanar quaisquer dificuldades e/ou problemas que surgirem no decorrer dos Jogos. Além disso, esclarece que, se forem constatadas irregularidades na prestação de serviços por parte das empresas contratadas, estas serão investigadas para que sejam tomadas as devidas providências.A

Problemas nos Jogos Indígenas em Cuiabá serão usados como aprendizado para Mundial

SÍTIO OLHAR DIRETO, 14.11.2013



Da Redação - Jardel P. Arruda

As duras críticas feitas pelos participantes da 13ª Edição dos Jogos dos Povos Indígenas, realizada em Cuiabá, devido a problemas de organização e infraestrutura, serão usados como aprendizado para o primeiro Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, que deverá ser realizado em julho de 2015.

Leia mais: Com falta de água e infraestrutura, indígenas dizem que jogos em Cuiabá são os piores da história

“É normal termos problemas quando damos um salto no tamanho dos eventos. Problemas acontecem, mas serviram de aprendizado para os próximos jogos”, afirmou o ministro Aldo Rebelo, que esteve em Cuiabá no lançamento dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas.

O representante do Comitê Intertribal, entidade responsável pelo planejamento e organização dos jogos, Carlos Terena, afirmou que até mesmo a época do ano escolhida para a realização do evento, o mês de julho, foi pensada a fim de evitar contratempos com as intempéries climáticas.

CONT.

“Os jogos deverão ocorrer no mês de julho, em que o clima deverá estar mais ameno. Os jogos deverão ter dez dias, sendo que os três primeiros serão só de adaptação, para os povos indígenas se acostumarem ao lugar, ao clima, ao (fuso) horário diferente”, disse Carlos Terena, em coletiva à imprensa.

Em Cuiabá, entre as principais dificuldades enfrentadas estavam as de ordem climática. O calor intenso, aliado a poeira, alternados com fortes pancadas de chuvas, foram problemas a todo instante. A poeira afetava principalmente quem veio de local úmido, com a Amazônia, o calor aos de origem de climas amenos, como Minas Gerais.



Já as chuvas quase transformaram o local em um pântano. Após o temporal de terça-feira (12), as lideranças indígenas solicitaram lonas em cima das ocas do alojamento. Vários “aterros” foram precisos ser improvisados com cascalho (que também serviu para amenizar a poeira).

Outro problema que deverá servir de aprendizado é o serviço de buffet servido no restaurante local. De acordo com Carlos Terena, em alguns dias não havia peixe, um dos pilares da alimentação de várias etnias, no cardápio, enquanto havia a carne de porco, que normalmente não é consumida pelos indígenas.

Xamã Davi Kopenawa participa de colóquio com acadêmicos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.11.2013

Xamã Davi Kopenawa, pajé da tribo yanomami, participa de colóquio com acadêmicos. Discurso de índio enfatiza urgência em deter a destruição de florestas e rios



Ativismo. Davi Kopenawa já falou na ONU e viaja pelo mundo defendendo os direitos dos indígenas

Ana Elizabeth Diniz – O Tempo

O auditório da reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) tinha em sua plateia acadêmicos e catedráticos que foram ouvir a sabedoria de Davi Kopenawa, índio da tribo yanomami, uma das lideranças indígenas mais importantes do Brasil e do mundo. Intérprete da Funai, pajé, xamã, chefe do posto indígena de sua região, Kopenawa é presidente da Hutukara Associação Yanomami, “uma embaixada indígena junto com o homem branco”, como ele diz.

Na semana passada, o índio recebeu a cátedra do Programa Cátedras do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT/Fundep) que busca reconhecimento e status científico do pensamento indígena, colocando-o no mesmo patamar da ciência e filosofia. David já proferiu discurso na Organização das Nações Unidas (ONU) e em centenas de outros fóruns internacionais e, em 1988, recebeu o Global 500 Award das Nações Unidas, o mesmo prêmio concedido a Chico Mendes.

CONT.



Para uma plateia de atentos napës (homens brancos), Davi disse que é um filho da Amazônia, vive na floresta, na região da serra do Demini, onde nasceu, perto da fronteira entre Amazonas e Roraima com a Venezuela. "Estamos aqui sentados na barriga da nossa mãe-Terra, que nós, índios, chamamos de hutukara, que tem pedra, terra, areia, rio, mar, Sol, lua, chuva, estrela, vento, em um só corpo, tudo unido. Hutukara é uma prioridade para todos nós, povos da terra. Temos que cuidar dele, não pode destruir tudo, fazer grande buraco. Nós, índios, estamos aqui há mais de 500 anos e nunca destruímos ele".

Sufrimento

Davi não entende o pensamento dos napës que agredem a terra. "Nós não precisamos arrancar recursos naturais, areia, barro, pedras preciosas e minério porque eles não matam nossa fome. Nosso pai e mãe trabalham por ele, plantam alimentação, e hutukara deixa nascer e crescer pra gente comer. Índio tem pensamento diferente. Hutukara é um ser vivo, é ele que cuida de nós, dá alimentação, água".

O índio sustenta que a natureza está sofrendo. "Só que hutukara não vai gritar como nós gritamos. As máquinas pesadas são como lâminas que sangram hutukara. Sou analfabeto, mas tenho saber tradicional. Será que o homem não tem pensamento, não pensa em seu futuro, nas gerações que vão sofrer? Pra que vocês vão pra escola? Pra aprender a ser destruidor? Nossa consciência é outra. Terra é nossa vida, sustenta a barriga, é nossa alegria. É boa de sentir, olhar... é bom ouvir as araras cantando, as árvores mexendo, a chuva".

Yanomami

Dialeto. Omama, na língua yanomami, significa "divindade indígena", yãkoãna, planta alucinógena ministrada pelo pajé em rituais de cura e urihi é a natureza.

Depoimento

"Buscam apresentar sua cultura"

Embora haja alguns poucos grupos yanomami que vivem de forma isolada, há cerca de 50 anos a maioria deles mantém contato com os brancos, o que gera inúmeros desafios para os indígenas, que precisam aprender a dialogar com o Estado e com todo o mundo que existe fora das aldeias. É nesse cenário que alguns yanomamis têm aprendido a produzir filmes, livros e suas próprias pesquisas. Esses trabalhos são desenvolvidos principalmente por associações indígenas e ONGs e buscam usar as novas tecnologias que chegaram através do contato com os brancos, como forma de fortalecer a própria cultura, através da produção de livros escritos nas línguas yanomami ou vídeos que falem sobre temas da própria cultura indígena. Dessa forma, os índios buscam hoje fortalecer seus conhecimentos tradicionais ameaçados pela intensificação do contato e também apresentar para o mundo sua própria cultura, através de trabalhos de autoria própria.



Eu não sou Brasileiro; Eu sou Munduruku!

SÍTIO ECO RESERVA, 14.11.2013

"Uma Jornada ao Coração do Tapajós"

Na esteira das mobilizações que tomaram conta do Brasil neste ano; os indígenas tem se mostrado essencial no que tange ao ativismo e movimentos sociais. Para os Mundurukus não é diferente.

Os Mundurukus vivem na Bacia do Rio Tapajós no Estado do Pará. O rio Tapajós é um rio do Brasil que nasce no estado de Mato Grosso, banha parte do estado do Pará e deságua no rio Amazonas ainda no estado do Pará. Os Mundurukus habitam as áreas indígenas Cayabi, Munduruku, Munduruku II, Praia do Índio, Praia do Mangue e Sai-Cinza, no sudoeste do estado do Pará.

Na semana passada, 412 Mundurukus proveniente de 62 aldeias se uniram na aldeia Restinga para fortalecimento do Movimento Ipereg Ayu, criado por eles mesmos na sua afirmação contra barragens nos Rios da Amazônia e pelos direitos que constitucionalmente e internacionalmente lhe são garantidos. Como uma das convidadas não pude deixar de comparecer.

Sai de Altamira com uma delegação de oito pessoas às 7 horas da noite do dia 30 de outubro de micro-ônibus pela Tranzamazônica. Foram 25 horas de estrada de chão até Jacareacanga, cidade mais próxima; passando por Itaituba. O micro-ônibus vinha a todo vapor; embalado pelo arroxa no último volume e dançando na pista lamacenta e esburacada pela chuva. No caminho, uma sequência de elefantes brancos: grandes pontes inacabadas do governo Federal; provavelmente semi-construídas com verba pública. Nas chacoalhadas intensas resolvi me entregar ao destino e aceitar o momento como uma criança aceitando a correção de uma mãe; porque ali, a Amazônia me ensinava uma lição de vida e de muita humildade e respeito aos povos que nela habitam. Aquele trajeto rotineiro para alguns já era aceito como normal.

No ônibus; um motorista, não sei se apaixonado ou se com dor de cotovelo cantarolando suas músicas madrugada afora a todo volume; uma ex-mulher de prefeito bem vestida e com bobs na franja esperando o amanhecer; um índio Xipaya cobrindo a cabeça com sua toalha de homem aranha e uma grávida. Fiquei pensando o que pensava aquele bebe dentro daquela barriga.

Chegamos em Jacareacanga já pelas 10 da noite. Parcialmente silenciada com o cair da noite. A cidade é basicamente movida pelos garimpos. No hotel de 50 reais o quarto, tive direito até a um ar condicionado. Só não tinha internet ou sinal de telefone algum. Dormi até as 4 da

CONT.

madrugada; hora suposta em que deveríamos partir para a aldeia da restinga. Já ali eu só pensava neste povo; que povo guerreiro... Isolados no meio do nada agora se obrigam a sair de um lado a outro para enfrentar o governo brasileiro irresponsável e desumano.

De Jacareacanga até a restinga foram uma hora e meia de ônibus (a 800 reais o frete) e cinco horas de barco, navegando o majestoso Tapajós.



Foto: Maíra Irigaray

Ao chegar à restinga nos emocionamos com a recepção. Um sentimento de profunda gratidão tomou o coração de todos nós. Os Mundurukus nos esperavam pintados, com suas flechas, vestimentas e faixas, cantando suas canções tradicionais. Caminhamos por baixo de um arco feito da palha do coco enquanto eles nos acompanhavam cantando. Chegamos até o local da reunião e um por um eles vieram nos cumprimentar – Xipat!

Nos serviram peixe e farinha e pacientemente nos esperaram comer. Em seguida a reunião iniciou. Pude avistar 412 guerreiros; organizadamente sentados escutando cacique por cacique que se apresentou em seu idioma e abriu a apresentação das suas aldeias e seus membros. As apresentações terminaram tarde da noite; não pude nem ver quando. Imagino que estavam ali acordados até às 3 da manhã.

No dia seguinte, logo cedo, às 6 horas, eles já estavam ali reunidos novamente. Teve dança e mais reunião. Tudo no idioma deles. Dos 21 pontos de pauta apenas um foi coberto. As nove da noite sentamos pra compartilhar as experiências. Com todo meu cansaço fiquei impressionada com a energia desse povo. O dia inteiro reunidos no calor; ouvindo um a um, entre guerreiros; mulheres; crianças; idosos; todos. Simplesmente todos tiveram vez e voz.

Durante a noite; os povos do Xingu fizeram seus relatos. Assim começou se Élio, pecador do Xingu, depois de passarmos o video sobre a sua vida:

CONT.

“você acabam de assistir a história de um pescador derrotado. Mesmo derrotado eu estou aqui para lutar por uma causa. Para lutar ao lado de vocês.”

Seu Élio emocionou a todos; bem como os que lhe seguiram. De todos os discursos, não pude deixar de registrar também o de seu Miguel Xipaya, indígena da Volta Grande de 81 anos de idade que nos acompanhava naquela dura viagem. Seu Miguel perdera tudo, e ainda assim fazia o povo “rir para não chorar”: “Altamira já não é mais Altamira; deveria ser chamado de Altamorte! A Norte Energia é dona da prefeitura; do hospital; da cadeia. Se o homem quer casar ele vai pra Norte Energia; se ele quer separar ele vai pra Norte Energia. Que cachorrada é essa? Eu vivo preso; eu não posso nem subir nem descer. Falta água, falta tudo. Os peixes já chegam mortos. Tenho dois sítios e não consigo morar lá porque a água esta podre. O sítio esta abandonado; não tem escola não tem nada. Eu tenho minha roça, meu cacoal, mas hoje nós vivemos lá humilhados. Eu vivo num sofrimento que só eu sei por causa dessa barragem. Eu tenho 81 anos e nunca comi uma banana da Norte Energia; eu não preciso dela. Eu posso morrer até debaixo de um banco mas não peço um caixão para a Norte Energia. A volta grande do Xingu é grande mas tudo esta sendo atingido por essa barragem. Agora nós estamos na letra “F” mas não é de feliz não.”



Foto: Maíra Irigaray

O terceiro dia da assembleia foi coroado com 15 batismos e 2 casamentos. Em seguida as reuniões perduraram até uma e meia da madrugada; hora essa em que todos foram festejar os casamentos madrugada afora. Neste dia falou-se muito em direitos.

“Essa terra é onde Deus “deixou nós”. Nós nascemos e fomos criados aqui; por isso a Dilma tem que “respeitar nós”. Nossos antepassados viram o nosso Deus que fez o nosso rio através de um carço de Tucumã. Essa Dilma é uma criminoso pra mim; ela não nos respeita. Nós queremos viver; nós também somos criaturas de Deus; ele deixou a gente aqui nessa terra e por isso a gente merece respeito;” registrou Faustino Kaba.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

Chegou então o dia de partir, com os corações partidos... Realizamos uma reunião com as mulheres que contavam 120; intuindo o fortalecimento das mesmas. Pude observar neste quarto dia de assembleia a alegria de todos por poderem fazer daquele momento; um momento de união:

"Essa assembleia esta muito boa porque vários capitães; os guerreiros e guerreiras; estudantes; crianças estão presentes. Ela esta fortalecendo mais o povo. Eu saio daqui emocionado porque a gente conseguiu reunir as aldeias," falou o segundo capitão dos guerreiros, Akay Biorébu, e prosseguiu: "A mensagem que queremos que o mundo saiba é que nosso povo está unido e cada vez mais estaremos mais unidos para lutar junto pelos nossos direitos. Todos os caciques e membros dos guerreiros estão pedindo para que as pessoas continuem lutando e compartilhando informações."

Quanto a mim, também saia dali emocionada. A união e força deste povo eram impressionantes; deixando uma clara mensagem ao mundo de que custe o que custar; eles defenderam seus territórios. Na memória ressoava uma frase que não queria se calar: "eu não sou brasileiro; eu sou Munduruku. Brasil é uma invenção dos Europeus; mas a gente já estava aqui muito antes e, portanto merecemos respeito".

Maíra Irigaray é advogada Internacional de Direitos Humanos e Meio Ambiente. Mestre em Direito Comparado pela Universidade da Florida. Atualmente Coordenadora de Campanha de reforma das Instituições Financeiras Internacionais para a Amazon Watch e Coordenadora da Frente "Bancos" para o Movimento Xingu Vivo para Sempre.



Mulheres indígenas elaboram documento com propostas para segurança alimentar
SÍTIO FUNAI, 14.11.2013

As mulheres destacaram pontos como a demarcação e homologação das terras indígenas e o fortalecimento da Funai



Ao final do Encontro das Mulheres Indígenas, representantes de 28 etnias entregaram na tarde desta quarta-feira (13) no Palácio do Planalto, em Brasília (DF), uma Carta ao Governo Federal com propostas resultantes do debate promovido durante o 1º Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional.

No documento, lido pela indígena Francisca Navantino, as participantes expuseram para as autoridades suas expectativas e necessidades a respeito das ações de políticas de segurança

alimentar e nutricional para os povos indígenas. De acordo com o texto, "é fundamental desenvolver políticas que preservem e estimulem os saberes milenares voltadas para o etnodesenvolvimento e que fortaleçam a liderança das mulheres. Segurança alimentar é um conjunto interligado, por isso devemos discutir todos os pontos: território, saúde, educação, hábitos alimentares e a qualidade dos alimentos".

Na Carta, destacaram-se pontos como a demarcação e homologação das terras indígenas em processo de regularização, a garantia de proteção e gestão ambiental nos territórios e o fortalecimento da Funai, com garantia de orçamento e número suficiente de técnicos capacitados para atendimento dos indígenas. O texto também ressaltou a necessidade de garantir um mercado institucional para que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que incluía alimentos de uso cultural, bem como a manutenção e o acesso às sementes para possibilitar o cultivo de variedades tradicionais de alimentos.

A presidenta da Funai, Maria Augusta Assirati, parabenizou a iniciativa e pactuou com as presentes o compromisso de internalizar a pauta dentro da Fundação, "Vamos responder a carta ponto a ponto. As organizações de mulheres indígenas demonstraram maturidade para avaliar as políticas públicas e propôr suas demandas. Os indígenas são um segmento da sociedade brasileira e devem ser atendidos pelas políticas de acordo com as suas

CONT.



especificidades”, declarou. O combate ao preconceito e à violência contra os povos indígenas também foi lembrado pela presidenta como elemento fundamental na elaboração e implementação das políticas públicas, “Nós mulheres podemos fazer diferente, promover mudanças de acordo com nosso projeto político de sociedade. Não podemos pensar no desenvolvimento do país sem antes passar pelo respeito aos povos indígenas”, ressaltou.

Maria Augusta ainda enfatizou a importância dos órgãos parceiros na implementação da política indigenista pelo Estado, destacando o espaço dado pelo Consea para as organizações indígenas, “O Brasil é um estado democrático que prioriza a participação social nos debates. E o Consea vem abrindo espaço para o movimento indígena participar das discussões e apresentar suas demandas. Isso é fundamental para consolidar a democracia”, afirmou.

O secretário especial da Saúde Indígena, Antônio Alves, disse que todos os pontos da Carta estão totalmente relacionados com o tema da saúde e foi enfático ao referir-se à necessidade urgente de demarcação de terras indígenas, “O principal determinante da saúde indígena chama-se 'terra'. Sem terra, não há saúde”, concluiu.

No evento, além da presidenta da Funai, estiveram presentes, a presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Maria Emília Pacheco, o secretário especial de Saúde Indígena, Antônio Alves de Sousa, o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Arnoldo Campos, a subsecretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Política das Mulheres, Vera Soares e o coordenador residente do Sistema Nações Unidas do Brasil e representante residente do Pnud, Jorge Chediek.



Veículo guiado por índios capota várias vezes na BR 070

SÍTIO CLIQUE F5, 14.11.2013

Apesar dos danos materiais pessoas que estavam dentro do carro não se feriram

Redação: Jaqueline Hatamoto

Um capotamento foi registrado na BR 070, a aproximadamente 30 quilômetros de Primavera do Leste, sentido Barra do Garças, no carro estavam 04 índios, entre eles uma criança recém nascida, apesar dos danos materiais ninguém ficou ferido.

Segundo relatos do condutor do veículo ele seguia sentido Barra do Garças, quando perdeu o controle do veículo, devido a luz alta de uma carreta que seguia sentido Primavera do Leste. O carro que era guiado por um índio invadiu a pista contrária e bateu na lateral do caminhão e capotou diversas vezes.

O veículo ficou completamente destruído, porém, os quatro ocupantes do veículo, entre eles uma criança recém nascida sofreram apenas escoriações leves. O Samu foi chamado para prestar socorro as vítimas que negaram atendimento. A equipe do Corpo de Bombeiros também esteve no local, já que a informação que foi repassada a eles é que as vítimas estavam presas nas ferragens.

Índios de 18 países trocam experiências em roda de conversa

SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, 14.11.2013



12ª Jogos dos Povos Indígenas sediado em Cuiabá, de 09 a 16 de novembro
Mayke Toscano/Secom-MT

O XII Jogos dos Povos Indígenas, que acontece até sábado (16), em Cuiabá, é uma oportunidade de troca cultural entre os próprios índios e os não índios. Em uma roda de conversa com representantes dos povos indígenas de outros países é possível perceber que apesar das distâncias, das diferenças, os indígenas têm muito em comum.

Um aborígene australiano tocou um instrumento de sopro chamado 'didgeridoo' e presenteou o articulador do Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena (ITC), Marcos Terena, com o instrumento. Ele contou que geralmente ele é tocado no pôr do sol, um momento sagrado. Mas o mesmo pôr do sol também é um momento de agradecimento para os índios brasileiros, que iniciaram o acendimento do fogo sagrado e deu início a abertura oficial do evento quando o sol se pôs e a lua chegou.

Índios norte-americanos do povo Cheyenne, os mesmos que habitavam o Velho Oeste, também participaram desse contato com outras nações. Eles presentearam o governador Silval Barbosa e o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, com um livro sobre os indígenas estadunidenses, na tarde de quarta-feira (13).

Do Panamá vieram uma índia professora de dança e um índio que trabalhou na Organização das Nações Unidas (ONU) como assessoria da Comissão de Direitos Indígenas. O Chile enviou

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

duas índias que são uma espécie de pajé. A Nicaraguá tinha representantes de várias etnias daquele país, bem como representantes das nações indígenas do Peru, Argentina, Equador, Paraguai, México, Canadá, Guiana Francesa e Costa Rica. Da Guatemala o governo do país enviou um índio especialista na restauração dos pórticos maia.

O Brasil têm representantes de 48 etnias indígenas, que participam dos Jogos dos Povos Indígenas. Em julho de 2015, o Brasil deve receber, além dos seus povos, outras nações de todos os cantos do planeta para mostrar a riqueza cultural dos indígenas.

Cuiabá é uma das cidades que disputam sediar esse espaço.

Índios do Alto Vale compartilham cultura com os serranos
SÍTIO EDUCADORA, 14.11.2013



Um grupo de 30 índios visitou a Irmandade Nossa Senhora das Graças, nesta quarta-feira (13), em Lages. O objetivo foi a troca de experiências entre a cultura indígena e a cultura serrana.

Os índios são naturais de uma região do Alto Vale do Itajaí, área de terra indígena Xokleng. Duas aldeias formavam o grupo: a Bugiu e a Barragem (a aldeia ainda procura outro nome para substituir).

O grupo veio acompanhado do antropólogo Lúcio Roberto Schwingel, que coordena os trabalhos da Igreja Luterana na Serra Catarinense, mas que está em contato direto com os índios daquela região.

A visita a Lages foi realizada por meio da entidade alemã KNH, que presta assessoria tanto para o grupo indígena quanto para a irmandade. A função desta entidade, além de dar apoio financeiro, assessoramento e convênio, ainda promove intercâmbio entre grupos com culturas diferentes.

Apesar de passarem muitas necessidades, os Xoklengs têm um cuidado extremo na preservação da sua cultura sob as imposições do homem branco, conforme relata uma das integrantes da aldeia Bugiu, Sara Laianda Clendo.

Cultura Xokleg

Mesmo dividindo espaço com uma grande barragem, eles lutam pela sobrevivência do nome Xokleng. Vivem daquilo que a natureza oferece e preferem trabalhar diretamente com o meio ambiente.

CONT.



A função das mulheres é cuidar dos filhos e da colheita. Alguns homens ajudam, mas a maioria trabalha esporadicamente na cidade. Suas vestimentas são semelhantes às das demais pessoas. Porém, quando o grupo festeja, principalmente no Dia do Índio (19 de abril), a caracterização é conforme sua tradição. Usam tangas, colares, brincos e se pintam. Além disso, cantam e dançam músicas da própria cultura.

Aldeias preservam sua tradição Xokleng

Em Lages, os índios conheceram a forma como é feito o plantio de vegetais e frutas. Segundo Cleusa Rafey Vergueiro, uma das integrantes da aldeia Barragem, eles não têm a tradição de montar uma horta, plantar e colher. Ela explica que a colheita é realizada diretamente da natureza.

Os Xokleng também tentam preservar seus costumes, por isso, mesmo que as crianças frequentem a escola, as índias continuam disseminando sua cultura informalmente dentro da aldeia, sem qualquer metodologia, mas preservando o modo de vida que seguem, sua cultura, gastronomia, vestimenta e, principalmente sua língua.

A única fonte de renda do grupo é o artesanato. Durante a visita em Lages, trouxe diferentes artigos de decoração feito à base de madeira, brincos e colares feitos com penas e sementes, bem como bonecas de pano. O grupo ainda faz trabalho com tear.

Correio Lageano



CRA vai ouvir ministro da Justiça sobre demarcação de terras na próxima quinta-feira
SÍTIO SENADO FEDERAL, 14.11.2013

Benedito de Lira, presidente da CRA, confirmou vinda de Eduardo Cardozo

O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Benedito de Lira (PP-AL), confirmou a vinda do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na quinta-feira (21), a partir das 7h45, para participar de audiência pública do colegiado. Os senadores esperam que o ministro esclareça questionamentos sobre conflitos por terras envolvendo índios e produtores rurais.

Cardozo foi convocado por ter deixado de comparecer a três reuniões da CRA para as quais havia sido convidado, o que foi motivo de queixas dos senadores. O requerimento de convocação foi aprovado no último dia 24. Além do ministro da Justiça, também participará da reunião o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, que foi convidado pela comissão.

Supremo

A expectativa dos senadores é de que Cardozo também possa explicar como o governo procederá nas demarcações de terras a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) com relação à reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. A Corte decidiu, por maioria, que as regras de criação daquela reserva não valem de maneira automática para criação de outras.

Na interpretação do senador Waldemir Moka (PMDB-MS), a decisão é clara e impede que reservas já existentes tenham sua área ampliada sem que o governo compre as propriedades privadas que serão destinadas para esse fim. Para o senador, deve valer para todo o país o argumento do STF para manter a reserva e determinar a saída de produtores de arroz da área, ou seja, de que em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, aquelas terras eram ocupadas por indígenas, sendo posterior a chegada dos arrozeiros.

– O inverso também é verdadeiro. Em 1988, onde não tinha índio, as terras são dos produtores que lá viviam – argumentou Moka em reunião realizada no último dia 24.

Casa Civil

Para ajudar na discussão sobre a demarcação de terras, a CRA aguarda informações da Casa Civil sobre o histórico da ocupação territorial e o uso das terras rurais, feito pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, áreas que são foco recorrente de conflitos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

- Recomendei à secretaria da comissão para cobrar a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para que, no próximo dia 21, com a presença do ministro, nós já estaremos com esses dados disponíveis. É de fundamental importância para nos dar maiores subsídios - disse Benedito de Lira.

Conflitos

Os conflitos no campo têm sido discutidos com frequência nas reuniões da CRA. No último dia 7, senadores que integram o colegiado cobraram da presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati, medidas urgentes para solucionar a disputa entre agricultores e indígenas pela posse da terra.

Os parlamentares também cobram do governo federal o cumprimento de compromissos que teriam sido assumidos, como o pagamento de indenizações a produtores que tiveram áreas desapropriadas para a formação de reserva indígena.

Projetos

Por falta de quórum, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária adiou a votação do projeto de lei (PLS 679/2011) que institui a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural, e do PLS 592/2012, que consolida a legislação sanitária vegetal e animal. As duas proposições estavam na pauta da reunião desta quinta-feira (14).

O objetivo do primeiro projeto é incentivar o uso de agrotóxicos pouco ou não tóxicos ao ser humano, menos danosos ao meio ambiente e que resultem em produtos agropecuários e florestais mais saudáveis. Já o segundo busca organizar a legislação sanitária federal, que engloba um grande número de decretos e leis, editados desde a década de 1930.

Rodrigo Baptista

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Índios Umutina de Barra do Bugres homenageiam Faiad por esforço da Copa
SÍTIO BARRA1.NET, 14.11.2013



O secretário de Administração, Francisco Faiad, foi homenageado ontem quarta-feira, 13, pelos índios Umutina, cuja aldeia localiza-se no município de Barra do Bugres, no médio Norte do Estado. Líderes da comunidade presentearam o secretário com um cocar como agradecimento pelo esforço empreendido no sentido de assegurar que a comunidade indígena seja confirmada como roteiro oficial do turismo durante a Copa do Mundo de 2014.

O ato aconteceu durante visita do governador Silval Barbosa e do ministro Aldo Rebelo, dos Esportes, a tenda principal dos Jogos Indígenas Brasileiro, que acontecem em Cuiabá.

Segundo o líder Miro Calomezore, o secretário de Administração tem atuado como um interlocutor junto a Secretaria Especial da Copa do Mundo, intercedendo em favor da comunidade. "Desde a época da OAB ele conhece nosso trabalho e nossa luta; Faiad sabe da luta que temos e do nosso desejo de fazer a nossa comunidade um grande roteiro para os turistas" – disse.

Ao ser homenageado, Faiad disse que os Umutina, ao longo do tempo, tem dado exemplo de convivência harmoniosa com as diversas culturas. "É um povo ordeiro, trabalhador e que não se desprende de seus laços culturais" – disse o secretário, ao enfatizar sua amizade com a comunidade. O secretário ainda destacou os atrativos natural da reserva dos Umutina. "Quem vier para a Copa terá a oportunidade de conhecer um pouco da origem, da cultura e história desses índios" – frisou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

A aldeia Umutina está localizada em uma área de reserva indígena entre o rio Paraguai e rio dos Bugres, no município de Barra do Bugres, a 150 quilômetros de Cuiabá. A cidade fica a apenas 12 quilômetros da aldeia. para chegar à reserva a partir de Barra do Bugres, percorre-se um trecho de rodovia e um trecho de estrada de terra até a margem do Rio Paraguai; ali atravessa-se de barco até chegar à aldeia. Embora o acesso seja fácil, é controlado pela Funai e pelos próprios índios.

O povo Umutina é considerado “muito civilizados” e conhecem a cultura dos brancos e aprendem na escolar a ler e a escrever. Sua população vem crescendo e se destacam entre as nações indígenas do Brasil pelo alto grau de educação de seu povo. A educação é hoje a arma na luta pela sobrevivência e preservação da cultura.

Os Umutinas vivem entre as duas culturas. Suas casas são construídas em alvenaria, madeira e barro. Algumas das casas ainda habitadas são da época da formação da aldeia. As construções rústicas dividem o espaço com antenas parabólicas e postes de energia elétrica. Pelas ruas de terra da aldeia circulam motocicletas entre vacas e cavalos que pastam livres. Atualmente, seu grande desafio.



Surto de diarreia atinge índios em jogos

SÍTIO MT 24 HORAS, 14.11.2013

Dezenas de participantes do XII Jogos dos Povos Indígenas, realizado no bairro Sucuri em Cuiabá, precisaram de atendimento médico.

Um surto de diarreia atingiu participantes do XII Jogos dos Povos Indígenas, realizado no bairro Sucuri, em Cuiabá. Mais de 150 pessoas contraíram a doença consumindo água do rio Cuiabá. Índios também reclamaram que a comida pesada, servida na competição, também contribuiu para o mal-estar coletivo.

Em menos de 30 minutos dentro do posto médico avançado (PMA), instalado dentro da sede dos jogos, o Diário flagrou dezenas de indígenas reclamando dos mesmos sintomas: cólicas e desarranjo.

Segundo informações do PMA, os agentes têm realizado entre 100 a 150 atendimentos por dia, relacionados ao problema.

O ancião Tonho Kaiapó, da região Sul do Pará, viajou três dias para poder participar dos jogos. Ele conta que há três dias vem sofrendo com dores de barriga, mas que somente ontem recebeu atendimento e foi medicado. Segundo ele, o cardápio não era adequado para as comunidades, o que pode ser um dos motivos do surto. "Serviram feijão e outros alimentos que nós não estamos muito acostumados", disse.

Entre os alimentos servidos para os 1,6 mil indígenas que participam do evento estava a carne de porco. Porém, diversas comunidades estão acostumadas apenas com a carne de porco-do-mato, que contém menos gordura que o tradicional.

O jovem Piwatasa é goleiro do time de futebol masculino da tribo Way Way do estado do Pará. Ele conta que assim como outros membros da sua tribo, ontem amanheceu com diarreia. Piawtasa também reclamou da comida servida e disse que por conta da doença não sabe qual será o seu futuro dentro da competição.

De acordo com o secretário de Estado Esporte e Lazer (Seel), Ananias Martins de Souza Filho, os governos federal, estadual e municipal forneceram apenas a infraestrutura e local para o evento. Quem organizou os detalhes foi o Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC), que inclusive escolheu o local. "Nós preferíamos que o evento fosse realizado dentro da cidade, mas as lideranças vieram até aqui, oraram e decidiram que aqui seria ideal, nós apenas acatamos".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

Conforme o organizador do evento e coordenador técnico-cultural do ITC, Marcos Terena, o problema com a água se deu porque algumas etnias não estão acostumadas a esperar a água sair da torneira e por isso cortavam a ligação da caixa d'água para tomarem banho direto dela. No momento de religar, muita terra acabava indo para nos canos. Ele disse que o problema somente foi sanado após uma reunião com lideranças das 48 comunidades presentes.

Conforme a assessoria do evento, duas equipes médicas ficam de prontidão no PMA. A assessoria informou que não sabe a causa do surto e a Vigilância Sanitária investiga. Segundo a assessoria, 98% da demanda foi atendida no próprio posto e apenas 2% foram encaminhadas para o hospital Metropolitano de Várzea Grande.

Aldo Rebelo e Silval Barbosa entram no clima nos Jogos Indígenas

SÍTIO REPÓRTER MT, 14.11.2013

Ministro do Esporte e Governador de Mato Grosso estiveram no local onde os jogos são realizados para anunciar o Mundial no Brasil em 2015



Ministro Aldo Rebelo nos Jogos dos Povos Indígenas

GLOBOESPORTE.COM

O Ministro do Esporte Aldo Rebelo, entrou no clima indígena nesta quarta-feira, onde acompanhou os Jogos dos Povos Indígenas, que acontecem nesta semana em Cuiabá, na região do Sucuri. Ele esteve acompanhado do Governador de Mato Grosso, Silval Barbosa, além de Marcos Terena, presidente do Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena, e demais autoridades.

Os políticos entraram no clima da festa e receberam e vestiram os brindes doados pelas etnias. O principal motivo da visita de Aldo foi discutir com as lideranças indígenas, a escolha das cidades candidatas a sediar o 1º Jogos Mundiais Indígenas, em julho de 2015, que será realizado no Brasil. Cuiabá (MT), Palmas (TO), Salvador (BA), Bertioga (SP), Guarujá (SP), Belém (PA) e Petrópolis (RJ) estão na disputa.

– Os Jogos Indígenas e os Jogos Mundiais serão um contraponto de valorizar as coisas que a sociedade do mercado faz, como se a felicidade humana estivesse relacionada ao consumo. Esses povos ancestrais, tem outro padrão, outra visão. Não estão ligados aos valores que a sociedade produz. Jogos são uma homenagem aos índios, valorização e reconhecimento dessas civilizações milenares. É uma festa e a confraternização desses povos.

CONT.



Segundo Marcos Terena, uma reunião nesse mês no Ministério do Esporte irá definir qual cidade será escolhida.

- Esperamos definir até janeiro. Estabelecer critérios para fazermos a melhor escolha, são várias cidades postulantes com história indígena.

Problemas

Durante a semana, os índios reclamaram da estrutura encontrada em Cuiabá. Citaram a falta de água, alojamentos ruins e comida de má qualidade. Aldo Rebelo e Marcos Terena minimizaram o fato.

- Um evento desse tamanho é bem planejado, com pelo menos um ano de antecedência. Os ônibus que trouxeram os índios, por exemplo, podem reclamar que é ruim, mas colocamos como condição as empresas que teriam que buscar os índios dentro da aldeia. A falta de Ônibus, que entram na aldeia. Questão da comida tomamos as medidas necessários junto à empresa. Quando a falta de água, foram os próprios índios que cortaram a mangueira de distribuição, para que que pudessem se refrescar - se justificou Terena.

12º Jogos dos Povos Indígenas

A competição é realizada pelo Comitê Intertribal em parceria com o Ministério do Esporte e o Governo de Mato Grosso e conta com apoio Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e da Prefeitura de Cuiabá. O evento teve início na última semana e vai até sábado, com a participação de 1.600 indígenas de 48 etnias brasileiras e 17 internacionais. A aldeia dos Jogos dos Povos Indígenas foi construída no Jardim Botânico em uma área de sete hectares. No local, estão instalados a arena dos jogos, com capacidade para oito mil pessoas, e atrações como a oca digital, a oca da sabedoria, feiras de agricultura e de artesanato indígenas.

Ministro do Esporte elogia organização do XII Jogos Indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.11.2013

O ministro dos esportes, Aldo Rebelo, elogiou a estrutura da 12ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas, realizada no Jardim Botânico de Cuiabá



O ministro dos esportes, Aldo Rebelo, elogiou a estrutura da 12ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas, realizada no Jardim Botânico de Cuiabá. O ministro e o governador Silval Barbosa estiveram na tarde desta quarta-feira (13.11) no local das competições e receberam homenagens dos povos indígenas pelo apoio ao evento.

“Apesar de familiarizado com a realização desse evento me surpreendi com a estrutura. O Ministério dos Esportes tem orgulho de apoiar este evento que contou com muitos avanços. Este ano a festa recebeu o dobro de recursos de 2011 e surpreende com as 48 etnias participantes. É a valorização das civilizações milenares”, avaliou Aldo Rebelo.

Silval Barbosa destacou a integração entre os povos indígenas brasileiros e de outros países que vieram prestigiar o evento. “ É uma festa muito bonita e demonstra o respeito da gestão pública com os indígenas. O evento é uma parceria entre o Governo do Estado, prefeito e Governo Federal”.

Antes do início dos jogos desta quarta-feira, o governador e o ministro assistiram a danças típicas e foram homenageados pelas delegações indígenas com colares e cocares. A festa é realizada entre os dias 8 e 16 de novembro com competições. Os atletas são divididos em 10 modalidades esportivas: canoagem, arco e flecha, cabo de força, arremesso de lança, corrida de 100 metros, corrida de fundo, corrida de tora, natação/travessia e futebol.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

"É uma oportunidade para mostrar que os índios, além de cultura, têm muita experiência para trocar com a sociedade, principalmente no que se refere à proteção ambiental e alimentação", exalta o secretário de Esportes e Lazer da capital mato-grossense, Ananias Filho.



Assembleia de indígenas e lideranças deve reunir 600 pessoas nesta quinta
SÍTIO REGIÃO NEWS, 14.11.2013

O evento teve início ontem (13) em Nioaque, a 179 quilômetros da Capital, com apresentações culturais

Mais de 600 indígenas e lideranças das etnias Terena e Guarani-Kaiowá devem participar das discussões da Grande Assembleia do Povo Terena. O evento teve início ontem (13) em Nioaque, a 179 quilômetros da Capital, com apresentações culturais.

Nesta quinta-feira (14), as lideranças irão discutir sobre a questão territorial. Amanhã o assunto principal a ser debatido entre os índios é a educação indígena nas aldeias. Entre as discussões está a presença de um representante indígena no conselho nacional do MEC (Ministério da Educação).

No sábado (16) está marcado o encerramento da assembleia que debaterá as questões finais discutidas durante o evento. Os conselhos dos povos indígenas e um documento final que será confeccionado também serão destaques do último dia.

André cobrou Lula sobre promessa feita para resolver conflito indígenas

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 14.11.2013



Governador cobrou promessa feita por Lula há três anos sobre conflitos indígenas (Foto: Marcos Ermínio)

O governador André Puccinelli (PMDB) revelou, na manhã de hoje (14), que cobrou o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o cumprimento de uma promessa feita quando ele era presidente. Há três anos, durante inauguração de obra do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), ele tinha assumido o compromisso de comprar terras para acabar com a guerra entre produtores rurais e índios em Mato Grosso do Sul.

Puccinelli contou que se reuniu, junto com outras 15 pessoas, com o ex-presidente e lembrou da promessa

feita durante inauguração do PAC Cabaça, em agosto de 2010, em Campo Grande.

Na ocasião, Lula prometeu comprar terras dos produtores e implementar a demarcação das áreas solicitadas pelos índios. No entanto, três anos depois, o atual ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, conforme o governador, tem dito que não há como comprar terras.

O governador disse que lembrou a conversa feita com o petista. "Ache terra que eu compro", teria dito Lula na ocasião. Na ocasião, a Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul) encaminhou uma relação de propriedades rurais que poderiam ser vendidas para a União e ser entregues aos índios.

André Puccinelli lembrou ao ex-presidente que o ministro vem comandado a compra de terras para solucionar o conflito indígena no Tocantins, apesar da lei vetar esta medida. Em Mato Grosso do Sul, a União comprou terra dos produtores rurais para solucionar os conflitos em Paranhos e Dourados.

Lula prometeu levar o problema à presidente Dilma Rousseff (PT) e se mostrou preocupado com o crescimento do clima de tensão no campo no Estado. Ele disse que uma guerra sangrenta pode comprometer a imagem do Brasil no exterior.

Clima tenso - Em Mato Grosso do Sul, produtores rurais contabilizam 74 áreas invadidas pelos índios. Eles ameaçam se armar para evitar novas invasões, porque a Justiça não determina a retirada dos índios após a ocupação.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

Os principais focos de conflito envolvem os terenas em Miranda, Aquidauana e Sidrolândia; os guaranis caiovás em Japorã e Iguatemi; e os kadiwéus em Corumbá e Porto Murtinho.

O prazo para o Governo federal resolver o conflito em Sidrolândia acaba no dia 30 de novembro. Os índios ameaçam iniciar uma onda de ocupações se nenhuma medida for tomada. Os produtores ameaçam por seguranças para evitar as invasões.

Nesta semana, em Miranda, um produtor rural evitou a invasão da fazenda a tiros e um trator dos índios foi queimado na porteira da propriedade.



Campeões indígenas do futebol serão definidos nesta quinta-feira

SÍTIO ACHIX CLIP, 14.11.2013

Paixão brasileira, o futebol também seduz os indígenas e é praticado como uma modalidade esportiva por eles. Presente na programação dos 12º Jogos dos Povos Indígenas, em Cuiabá, o esporte irá marcar os primeiros campeões do evento, que serão definidos na manhã desta quinta-feira (14.11), no estádio Presidente Eurico Gaspar Dutra, o Dutrinha, localizado no Porto.

As partidas começam às 8h30 com as mulheres. Na disputa, as mato-grossenses Kura Bakairi jogam em busca da vitória contra as paraenses Parkatêjê. Depois, às 9h30, será a vez dos homens, com os gaúchos Kaingang contra os maranhenses Kanela Rãmkokamekra na luta pelo título. Ao todo, foram 75 etnias participantes, sendo 39 equipes do masculino e 36 do feminino.

A programação esportiva continua à tarde, a partir das 15h30, no Jardim Botânico, região do Sucuri. Na arena dos Jogos, ocorrerá mais uma eliminatória da modalidade Cabo de Força. Todas 48 etnias participantes do evento disputam nesta modalidade. A primeira eliminatória foi realizada na última segunda-feira (11), quando foram classificadas cinco equipes. A final será no sábado (16), com dez times concorrendo o pelo título de campeão.

O Cabo de Força é uma modalidade tradicional indígena e cada delegação pode inscrever no máximo duas equipes, uma masculina e uma feminina, compostas de dez atletas e dois reservas cada uma. A classificação final é feita pelo sistema de eliminatória simples em todas as fases, até chegar a uma equipe vencedora.

Além das competições, o evento ainda oferece nesta quinta-feira demonstrações de jogos tradicionais, como o Kaypi, Jawary, Peikrãn, Corrida de Tora, e Idjassú. Ao final, já por volta das 19h, ocorrem as apresentações culturais e folclóricas.

O evento prossegue até sábado (16.11), na aldeia dos Jogos dos Povos Indígenas, construída em uma área de sete hectares, no Jardim Botânico, localizado na Avenida Antártica, após a Ambev, na região do Sucuri. No local, estão instalados a arena dos jogos, com capacidade para oito mil pessoas, e atrações como a oca digital, a oca da sabedoria, feiras de agricultura e de artesanato indígenas.

Idealizados pelo Comitê Intertribal, os Jogos dos Povos Indígenas são realizados em parceria com o Ministério do Esporte e o Governo de Mato Grosso, por meio Secretaria de Estado de Esportes e Lazer (Seel-MT), e conta com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a Prefeitura de Cuiabá.

Dilma deve resolver questão indígena na paz, que na guerra fica caro, diz Lula
SÍTIO RIO BRILHANTE NEWS, 14.11.2013



Após fortes cobranças de indígenas e produtores rurais, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva garantiu que vai levar pessoalmente temas relacionados à questão indígena em Mato Grosso do Sul para sua sucessora, Dilma Rousseff (PT).

Lula ainda opinou que Dilma terá que tomar pessoalmente as "rédeas" da situação, sob risco de início de uma "guerra no campo" – nas palavras do ex-presidente.

"Saio preocupado de Mato Grosso do Sul, e disse ao companheiro Delcídio (do Amaral, senador), companheiros produtores e também aos índios que vou levar a questão pessoalmente à presidenta Dilma", afirmou, usando a polêmica troca de gênero no nome do cargo mais importante do Brasil.

Lula ainda reconheceu que não conseguiu encerrar o problema durante os oito anos que esteve à frente do País. "Isso era pra ser resolvido há muito tempo, ainda no meu mandato, até que teve avanços", lamentou.

"Acho que a presidente tem que assumir o comando das negociações, fazer as coisas enquanto estamos em tempos de paz, já que a hora que começar a guerra vai ficar mais difícil e mais caro", opinou.

O ex-presidente ainda afirmou que a imagem de todo o Brasil está em jogo.



Guerreiras indígenas demonstram força em ritual

SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, 14.11.2013

MINISTÉRIO DOS ESPORTES

Assessoria/Ministério dos Esportes

A população de Cuiabá pôde conhecer a força da mulher indígena brasileira, durante a prova de cabo de força e a apresentação do ritual Yamaricumã, em que as guerreiras da etnia Kuikuro, do Alto Xingu, no Mato Grosso, entraram produzidas com suas melhores vestes na arena dos XII Jogos Indígenas, cantando e dançando ao ritmo da primeira guerreira da fila, que carregava uma lança nas mãos.

A apresentação seguiu tranquilamente, até que as mulheres investiram-se contra os homens presentes, indígenas ou não. "Não há homem que fique parado. Elas correm atrás da gente e, quando nos alcançam, batem em nossas costas, e por isso a gente foge", explicou Carlos Gouvêa, da etnia Asurini (Tocantins), supervisor desportivo do evento.

Ritual indígena

Segundo uma lenda do Povo Kuikuro, o ritual Yamaricumã faz referência a um dia da revolta das mulheres, o "Dia do Basta", quando todos os homens de uma aldeia saíram para pescar, deixando mulheres e crianças sozinhos, e não retornaram na data combinada. Como todas ficaram muito preocupadas com o sumiço deles, um menino, que permaneceu no povoado indígena com a mãe, saiu, sozinho, pela floresta à procura dos homens. Quando a criança os encontrou, eles estavam transformados em animais peludos e ferozes.

O garoto voltou assustado para a aldeia e avisou às mulheres, que prepararam um ritual para adquirir força e coragem para matá-los. E foi o que aconteceu. A população masculina da etnia somente teve continuidade a partir do crescimento dos meninos que permaneceram na aldeia e se transformaram em homens bons.

Hoje, a revolta das mulheres indígenas é comemorada anualmente em um dia especial, escolhido pelas próprias guerreiras. Na data elas não trabalham, não fazem comida e não cuidam dos filhos para comemorar e celebrar o Yamaricumã.

Cabo de guerra

Depois do momento de descontração, as equipes do cabo de guerra, formadas por 12 guerreiras, entraram para a disputa na arena. As Bororo venceram as Asurini; as Enawenê-nawê, as Rikbaktsa; as Javaé, as Guarani kaiowá; as Paresi halití, as Kurâ bakairi; a delegação peruana, as Kuikuro; e as Xavante, as Kariri-xocó.



Boletim de Notícias - Edição nº 207/ 2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

A VIDA NUM QUILOMBO DE ITACARÉ

SÍTIO ILHÉUS 24H, 14.11.2013

Exposição Fotográfica

PORTO DE TRÁS

IMAGENS DE UM QUILOMBO URBANO



11 a 14/11 no foyer da Biblioteca UESC/Salobrinho • 18 a 23/11 no Centro Cultural Tribo do Porto/Itacaré • 25 a 29/11 no foyer do Teatro Municipal/Ilhéus

FOTOGRAFIAS FLÁVIO REBOUÇAS CURADORIA VALÉRIA AMIN PRODUÇÃO ANDREZA MONA



O fotógrafo Flávio Rebouças traz, até o fim deste mês, a exposição fotográfica Porto de Trás: imagens de um quilombo urbano. O ensaio relata aspectos da economia tradicional ligada à pesca e a relação entre a singularidade de uma comunidade tradicional correlacionada com a dinâmica de um bairro periurbano.

Reconhecido pela fundação Palmares como quilombo urbano, o Porto de Trás é fonte de resistência da cultura de matriz africana, mantendo manifestações seculares, a exemplo do Samba Duro e a festa do Bicho Caçador.

Além de integrar o estudo exploratório do Núcleo de Estudos Afro-Baiano Regionais (KÀWÉ) nos quilombos de Itacaré, as fotografias são o resultado do Trabalho de Conclusão de Flávio Rebouças, agora formado em Comunicação Social pela UESC.

Nas fotografias, nota-se um cuidado e respeito pela história que antecede, permite e reverbera o momento capturado. Em 2012, o

fotógrafo foi premiado no Concurso Cabruca de Fotografia e em 2013 no Concurso Cultural Fotografe o Brasil, promovido pela IstokPhoto e Canon.

As cinquenta imagens estão expostas no Foyer da Biblioteca da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) até o dia 14 de novembro, posteriormente seguirão para o Centro Cultural Tribo do Porto de 18 a 23 de novembro e no Foyer do Teatro Municipal de Ilhéus de 25 de novembro a 06 de dezembro, em homenagem ao mês da Consciência Negra. O projeto pretende visitar outras cidades baianas.